

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso.....C-PEM/87

Partido.....-

Solução do.....P-III-4 (Mo) MONOGRAFIA

Apresentada por

JOSÉ ANTONIO AZEVEDO DE ARAUJO

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA (EN)

NOME E POSTO

RIO DE JANEIRO

19 87.....

3-B-49



- A CONJUNTURA INTERNACIONAL DO SUL DA ÁFRICA -

JOSÉ ANTONIO AZEVEDO DE ARAUJO
Especialista de Mar e Guerra (EN)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1987



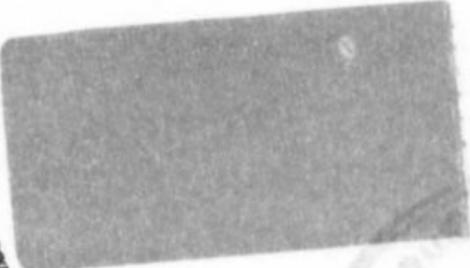
- A CONJUNTURA INTERNACIONAL DO SUL DA ÁFRICA -

JOSÉ ANTONIO AZEVEDO DE ARAUJO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1987

MM - EGN
BIBLIOTECA
25/01/1988
N: 1.148



CAD ACERVO

80361

EXEMPLAR

100420

CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE HISTÓRIA DA MARINHA

JOSE ANTONIO ALVARO DE ARAUJO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (EM)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1987

TEMA: A CONJUNTURA INTERNACIONAL DO SUL DA ÁFRICA

- Tópicos a abordar:**
- O problema da independência da Namíbia.
 - O Zimbabwe após a independência.
 - O papel da Angola e Moçambique no quadro sul-africano.
 - A África do Sul e o "apartheid".
 - A presença soviética - e de seus aliados - na região.
 - Os interesses brasileiros no sul da África.
 - As implicações estratégicas da conjuntura sul-africana nos interesses brasileiros.

PROPOSIÇÃO: Analisar a importância política e estratégica das nações da África Austral para o Ocidente, em particular para o Brasil e destacar a necessidade de projeção do Poder Marítimo nacional no Atlântico Sul, visando ampliar e garantir os interesses brasileiros na África, principalmente no sul da África.

Í N D I C E

	FOLHA
Lista de Figuras.....	III
Introdução.....	IV
CAPÍTULO 1 - BREVES ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	1
A partilha da África.....	1
Relações com o Brasil-Colônia.....	3
CAPÍTULO 2 - UMA VISÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA.....	5
A ONU e os novos estados africanos.....	5
A presença soviética e de seus aliados.....	6
CAPÍTULO 3 - A CONJUNTURA DA ÁFRICA AUSTRAL.....	10
Angola.....	11
Moçambique.....	15
Namíbia.....	18
Zimbabwe.....	22
África do Sul e o "apartheid".....	26
CAPÍTULO 4 - ÁFRICA: INTERESSES BRASILEIROS ATUAIS E FUTU- ROS.....	33
Interesses brasileiros na África.....	34
Perspectivas.....	37
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES.....	42
ANEXO A - TRATADO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1842 ENTRE A FRAN- ÇA E O REI PETER DE GRAND BASSAM.....	A-1
BIBLIOGRAFIA.....	A-4

2.3
1.3
3.3

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº	TÍTULO	FOLHA
1	TRIÂNGULO ESTRATÉGICO DA URSS NO SUL DA ÁFRICA.....	8-A
2	POSIÇÕES DE GUERRILHEIROS EM ANGOLA.....	15-A
3	SUL DA ÁFRICA: POSICIONAMENTO DE FORÇAS...	31-A
4	SITUAÇÃO DAS CONCESSÕES DO OFFICE DE MINES D'OR DE KILOMOTO NO ZAIRE-ÁFRICA.....	35-A
5	RODOVIA INTERLIGANDO EPENA-IMPFONDO-DONGOU. CONGO-ÁFRICA.....	36-A

INTRODUÇÃO

A região denominada África Austral compreende nove nações independentes (Angola, Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia, África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Malawi) e um território não independente (Namíbia).

Para que se possa falar sobre uma parte da África, é necessário que se compreenda a África como um todo e, neste todo, que se destaque a África Negra, durante séculos oprimida, explorada, dividida, sofrida. Todo este passado está de volta, aflorando nas tensões e conflitos presentes na conjuntura da África Austral, onde ao lado da fome e da pobreza ainda há povos oprimidos nos moldes perversos do extinto regime colonial africano.

O campo de abordagem do presente trabalho compreende a conjuntura interna e externa das seguintes nações: as de língua portuguesa, Angola e Moçambique; a mais rica nação do continente, a África do Sul; o Zimbabwe, que vem sendo visto pelo mundo como exemplo de transferência pacífica de poder da minoria branca à maioria negra e a Namíbia, o último território colonial da África.

As relações do Brasil-Colônia com Angola foram repassadas, mostrando sua grande intensidade para a época e ressaltou-se a importância da retomada desse relacionamento, no momento em que o Brasil pretende expandir a sua política de comércio exterior.

Ênfase especial é dada aos trabalhos que vem sendo desenvolvidos por empresas brasileiras de engenharia que realizam a exportação de serviços técnicos para o continente africano, passo significativo para a ampliação dos interesses brasileiros na África.

Finalmente, a criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, recente iniciativa do governo brasileiro na ONU, foi analisada quanto ao desdobramento dessa proposta nas rela-

ções internacionais do Brasil com os países africanos e seus reflexos sobre o Poder Marítimo brasileiro.

BRASIL ANTES DOS HISTÓRICOS

A história da África é sempre o ponto de partida para o correspondente de grandes navegações portuguesas, o continente africano sempre teve o interesse de seus navegadores apenas restrito à procura de novas feitorias que se desviassem do pequeno comércio de escravos. O interior do continente, de difícil acesso, não oferecia grandes vantagens econômicas.

O comércio com a África dos portugueses não era a África, mas sim o comércio de escravos para a Índia e o comércio de especiarias para a Índia. E, nesse sentido, a África era apenas o ponto de partida, como ponto de partida.

Após a descoberta do Cabo da Boa Esperança, Portugal tomou posse do comércio de especiarias da Índia, tendo no Congo e no Angola seus pontos principais e o comércio de ouro, entre Moçambique e Malindi, no Índico.

A partir do século XV, a África passou a ser alvo de outras potências europeias, passando a fazer incursões no continente africano. Portugal, que essa potência europeia estava dominante, não teve condições de consolidar suas descobertas diante de crescentes competições. Assim, as colônias, na África, Índia, do lado ocidental, no Brasil, no Cabo Verde, do Golfo, e no Oriente, sob pressão das potências orientais, sob pressão árabe, foram perdidas.

Entretanto, o crescente interesse europeu pela África não diminuiu a importância que viriam a ter as navegações. Até a descoberta da Índia, a África sempre foi o ponto de partida das navegações. O ministro de Marinha, o Sr. João de Castro, em 1562, no relatório ao Rei, afirmou que a África era o ponto de partida das navegações.

CAPÍTULO 1

BREVES ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A partilha da África - Tomando como ponto de partida o período correspondente às grandes navegações portuguesas, o continente africano, naquela época, apresentava reduzido interesse aos navegadores, apenas restrito a pontos onde se situavam feitorias que se dedicavam ao pequeno comércio de ouro e escravos. O interior do continente, de difícil acesso, não despertava grandes atrativos aos estados europeus.

O objetivo principal e maior dos grandes navegadores não era a África, como não fora o Brasil. Todos os esforços eram realizados visando estabelecer uma rota para o Oriente, para a Índia. E, nessa rota, ao continente africano era relegado o papel secundário, como ponto de apoio.

Após a descoberta do Cabo da Boa Esperança, Portugal estabeleceu o comércio em duas frentes da África: a ocidental, tendo no Congo e em Angola seus pontos principais e a oriental no Índico, entre Moçambique e Melinde, no Quênia.

A partir do século XVI, à medida em que outras nações européias passaram a fazer incursões no continente africano, Portugal, que como potência européia estava declinante, não teve condições de consolidar suas descobertas diante da crescente competição, ficando suas colônias, na África, reduzidas, do lado ocidental, a Angola, Guiné, Ilhas do Cabo Verde, do Golfo, São Tomé e Príncipe, enquanto do lado oriental, sob pressão árabe, somente a Moçambique.

Entretanto, o crescente interesse europeu pela África não atingira níveis elevados que atraíssem a diplomacia européia. Até a conferência de Berlim, a África Negra não interessava aos diplomatas. Deixavam-na ao Ministro da Marinha ou das Colônias e, em alguns casos, às autoridades locais. Os tratados realiza-

dos (ver anexo A), colocando territórios africanos sob soberania de nações européias, eram firmados entre os Comandantes dos navios e os chefes tribais e não eram submetidos às Câmaras. Conquanto não acarretassem nenhuma dificuldade com outra potência, bastava um decreto para ratificá-los. Nenhum estado europeu entraria em guerra com outro por razões de disputa de terras da África. Os conflitos regionais, por ventura existentes, eram conduzidos pelo Ministro da Marinha e autoridades coloniais e submetidos, posteriormente, ao Estado (16:16).

Em torno de 1850 a política européia voltou-se para os interesses coloniais africanos, no momento em que as grandes potências, já tendo conquistado considerável parcela do território africano e necessitando garantir seus domínios, decidiram promover o retalhamento, em fatias, do continente africano. Numa das mais rudes agressões, convocaram a Conferência de Berlim e realizaram a partilha da África.

A 26 de fevereiro de 1885, ao se concluir os trabalhos da Conferência presidida por Bismark e com a presença de quatorze nações (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Noruega, Império Otomano e Estados Unidos), a África teve seu mapa dividido em colônias segundo critérios europeus, sem que fossem levados em consideração os laços históricos, étnicos e sócio-culturais dos povos africanos.

Portugal, como nação fraca, não conseguiu manter suas pretensões sobre parte do território do Congo, cabendo-lhe apenas o enclave de Cabinda. Aliás, um pouco mais tarde, em 1893, Alemanha e Grã-Bretanha assinaram acordos secretos prevendo a divisão dos territórios portugueses entre eles, o que não se concretizou devido às desavenças anglo-saxônicas que resultaram na guerra dos "boeres" (16:68).

No século XX, por ocasião das lutas pela independência das

colônias africanas e, mesmo após a década de sessenta, os efeitos das fronteiras artificiais dos estados africanos, resultante da partilha imposta pela Conferência de Belim, foram desastrosos para a criação e o fortalecimento do sentimento nacional. Exemplo disso é o que se observa até hoje, em nações independentes da África Austral, onde laços tribais, bem como suas desavenças, prevalecem muitas vezes acima dos interesses nacionais.

Relações com o Brasil-Colônia - As relações entre o Brasil e a África Austral datam do período colonial brasileiro que, a despeito das dificuldades das comunicações entre os povos, podem ser consideradas intensas para a época.

Em 1637, Maurício de Nassau, ocupando o território brasileiro e necessitando ter na África um ponto de suprimento de escravos, decidiu organizar, a partir do Recife, uma expedição militar destinada a conquistar São Paulo de Luanda e tomar um dos mais valiosos entrepostos de escravos africanos para o Brasil.

Conquistada Angola em 1641, os holandeses apossaram-se de Benguela, das Ilhas de São Tomé e Ano Bom e tinham a intenção de subordinar o governo da nova colônia africana ao Brasil holandês, como praticamente já ocorria com relação ao domínio português (55:47).

Foi Salvador Correia de Sá que em 1648, partindo do Rio de Janeiro com quinze navios e mil e quatrocentos homens, derrotou os holandeses e retomou Angola para a Coroa Portuguesa. A partir daí Angola passou a depender cada vez mais do Brasil e os governadores passaram a ser enviados do Brasil, como o foram João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. A costa ocidental africana ficou subordinada aos interesses brasileiros, bem como os próprios comandos militares dessas fortalezas sujeitavam-se, como Angola, ao governador-geral da Bahia. Como disse Jaime Cortesão: "Angola foi durante os séculos XVII e XVIII uma província

portuguesa do Brasil (55:52).

Tal foi a influência brasileira sobre Angola que, por ocasião da independência do Brasil, relevante parcela das elites angolanas desejava que sua província deixasse a Coroa Portuguesa e passasse a ser colônia brasileira (55:174).

Neste período o comércio entre o Brasil e Angola desenvolveu-se de forma tão crescente que Angola passou a ser o terceiro porto de importação de produtos brasileiros, superado apenas por Lisboa e Porto.

Somente por volta de 1850, com a extinção do tráfico de escravos, o Brasil encerrou um processo histórico de trezentos anos de intenso relacionamento com as colônias africanas, mesmo com aquelas que não falavam a língua portuguesa. A retomada das relações Brasil-África só voltariam a ser incentivadas nos meados do século XX.

CAPÍTULO 2

UMA VISÃO POLÍTICO - ESTRATÉGICA

A ONU e os novos estados africanos - A importância política dos novos estados africanos poderia ser posta em dúvida, à primeira vista, em razão da diminuta projeção com que cada uma dessas nações ainda se apresenta no cenário internacional. São numerosos países, independentes há pouco mais de vinte anos, que com suas estruturas políticas muito frágeis, voltaram-se, prioritariamente, para a própria sobrevivência, em razão da pobreza generalizada, que constitui o traço comum da herança deixada por seus colonizadores.

Realmente, se medirmos a África segundo os critérios tradicionais de Produto Nacional Bruto, Renda "per capita" ou tecnologia militar, esse continente, mesmo como um todo, vale muito pouco. Entretanto, sob outra ótica, a África assume papel político relevante a medida em que no complexo e moderno concerto da comunidade internacional, através de seus múltiplos organismos, cada vez mais são questionados assuntos de interesse geral das nações, com participação ativa desse bloco de países emergentes.

Atualmente a parcela africana na Organização das Nações Unidas (ONU) é tão significativa que cerca de um terço dos países membros são estados africanos e grande parte dos assuntos tratados na ONU são de interesse de países desse continente. A África assumiu, em tão pouco tempo, tão rápida e tamanha projeção na ONU que no período de 1964/65 já ocupava o posto de Presidente da Assembléia Geral o primeiro africano de raça negra, Alex Quaison-Sackey (33:280).

A partir da segunda metade do século XX a comunidade internacional, através de seus diversos organismos, ampliou, de forma considerável, a densidade das relações internacionais entre as nações. O Direito Internacional contemporâneo enriqueceu-se com

a intensificação dos tratados, frutos de relações internacionais multilaterais, o que veio a destacar o papel político, cada vez mais representativo, desempenhado pelas jovens nações emergentes, junto aos organismos mundiais. Ninguém pode deixar de reconhecer o atual peso político dos blocos de estados asiáticos, africanos e caribenhos.

Particularmente, a África, num curto período, a partir da década de sessenta, alterou de forma profunda e marcante o cenário do concerto das nações.

A ONU de hoje, na sua composição, muito difere da Liga das Nações. Essa transformação, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, resultante da ascensão de novos estados em número suficiente para influir nas decisões, reduziu, de certa forma, o poder das grandes potências nesses organismos e tenderá, a médio prazo, a promover certo equilíbrio político entre grandes e pequenos.

Porém, da mesma forma que as nações africanas reformaram o quadro político da ONU, este Órgão também teve atuação marcante na independência desses países, quando, através de suas resoluções que contrariavam a política colonialista de alguns de seus estados membros, promoveu o nascimento de novos estados africanos; e ter assento à ONU passou a ser sinal de soberania a cada nação emergente. Os novos estados africanos, independentes a partir de 1960, passaram a ter na ONU uma tribuna internacional, onde levaram ao conhecimento de todas as nações, a realidade do colonialismo que os povos africanos jamais tiveram oportunidade de narrar.

A presença soviética e de seus aliados - Sob o ponto de vista estratégico, a África nos dias atuais, assume importância real, em razão das riquezas em recursos naturais encontrados no continente, entre os quais se destacam minerais de alto valor

econômico e estratégico.

A descolonização tardia, ocorrida no período em que o Leste e o Oeste intensificavam a chamada "guerra fria", fez com que interesses políticos, econômicos e estratégicos passassem a disputar cada nova nação emergente como peões desse jogo de poder.

Nessa disputa pelo poder na África, em torno da década de sessenta, os países do bloco comunista, principalmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e China, levaram nítida vantagem sobre o bloco ocidental, uma vez que este era constituído, em grande parte, por colonizadores que desejavam manter seus interesses na África, enquanto aqueles apresentavam-se com um discurso que coincidia, pelo menos num ponto, com os anseios dos movimentos nativistas: o rompimento do "status quo" africano.

E devido a isso, a grande maioria dos movimentos africanos pela independência territorial foi apoiada por países pertencentes ao bloco comunista. Este apoio, entretanto, serviu como argumento muitas vezes utilizados pelas nações colonizadoras que, visando unicamente a manutenção dos seus interesses políticos e econômicos, rotulava os movimentos nativos como sendo resultado orquestrado pela manipulação de potências comunistas, ao invés de reconhecer neles o legítimo e natural anseio pela liberdade.

A bandeira anticolonialista foi, durante toda a luta pela independência das colônias africanas, conduzida pelos países comunistas e, com esse ato, principalmente a URSS e a China, conquistaram importantes posições estratégicas no continente africano. Se a bandeira anticolonialista estava em mãos comunistas foi porque o mundo ocidental deixou que estivesse. Realmente, as nações ocidentais, em sua maioria, quando não tinham seus interesses diretamente envolvidos, foram omissas durante toda a luta anticolonial africana. Essas nações eram ou colonizadoras ou americanas libertas há mais de um século do regime colonial, que voltadas para suas dificuldades internas, não se sensibilizaram com os mo

vimentos de libertação dos povos africanos.

Os soviéticos e seus aliados ocuparam a África Negra com relativa facilidade. Embora para a URSS os interesses econômicos no continente africano não tenham expressiva relevância, há o interesse estratégico de ampliar seu sistema de defesa, mantendo-o próximo ao mundo capitalista.

A África Austral sofreu fortes influências dos países comunistas, conforme veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, ao analisar o cenário político dessa região, examinando cada um dos principais atores, suas interdependências e conflitos.

Angola foi a nação onde o bloco comunista estava e está mais atuante no Sul da África. A presença de um contingente de em torno de trinta mil cubanos é mantida com financiamento da URSS que se utiliza de instalações angolanas como apoio aos navios soviéticos, constantemente presentes na costa ocidental africana, uma vez que a Constituição de Angola, como a de Moçambique, proíbe que em seu território seja instalado base militar estrangeira (52:33).

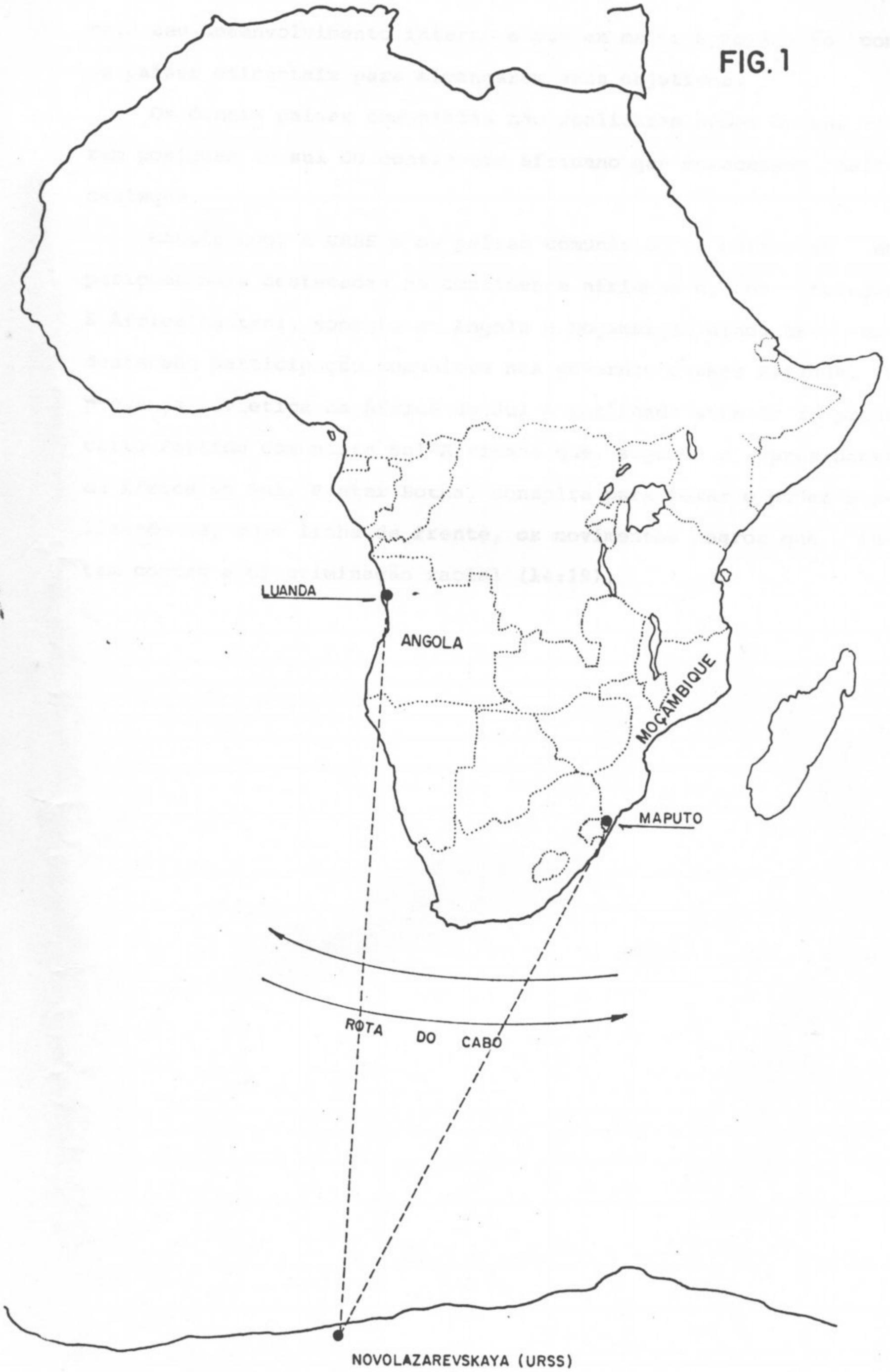
A URSS está presente também junto ao governo pró-soviético de Maputo, juntamente com cubanos e alemães orientais, num total estimado em dois mil e setecentos assessores, entre civis e militares (13:36).

Na África Austral, com a sua presença em Angola e Moçambique, a URSS conquistou o posicionamento em importantes pontos estratégicos ao sul dos Oceanos Atlântico e Índico, que interligados à base russa de Novolazarevskaya, na Antártica, estabeleceram uma triangulação que possibilita o controle marítimo-aéreo do cone sul da África e da Rota do Cabo, por onde trafega grande volume de petróleo destinado aos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Fig. 1).

Os chineses já tiveram maior interesse na região por ocasião das lutas de independência, porém, agora, estão mais voltados pa

TRIÂNGULO ESTRATÉGICO DA URSS NO SUL DA ÁFRICA

FIG. 1



ANTÁRTICA

ra o seu desenvolvimento interno e buscam maior aproximação com os países ocidentais para alcançarem seus objetivos.

Os demais países comunistas não realizaram ações ou assumiram posições ao sul do continente africano que merecessem maior destaque.

Concluindo, a URSS e os países comunistas já estiveram em posições mais destacadas no continente africano e, com relação à África Austral, somente em Angola e Moçambique ainda há uma destacada participação comunista nos governos desses Estados. A presença soviética na África do Sul é realizada através do proscrito Partido Comunista Sul-Africano que, segundo o presidente da África do Sul, Pieter Botha, conspira para tomar o poder utilizando-se, como linha de frente, os movimentos negros que lutam contra a discriminação racial (14:19).

CAPÍTULO 3

A CONJUNTURA DA ÁFRICA AUSTRAL

O cenário apresentado ao mundo pela região situada ao sul da África está envolto em conflitos regionais cujo fim é imprevisível, não só quanto ao prazo, mas também quanto ao rumo dos acontecimentos.

Se de um lado temos nações emergentes de um período colonial opressor, tentando soerguer-se e firmar-se sobre as próprias pernas, do outro, contrastantemente, temos o mais rico entre os estados africanos que, embora liberto do jugo colonialista há mais tempo que os demais vizinhos, dedica à maioria do seu povo o perverso tratamento herdado dos colonizadores.

O que ocorreu na África Austral foi também comum a todo o continente. A África sempre despertou, entre as nações colonialistas grandes interesses econômicos, o que fez com que o regime colonial perdurasse até, praticamente, os nossos dias e, somente ocorreu a capitulação quando, esse regime, atingiu um limite insustentável em face de um mundo moderno, onde o avanço tecnológico e as conquistas alcançadas pela humanidade no campo social aceleraram os movimentos pela independência das colônias.

A omissão do mundo ocidental, permitindo que soviéticos, chineses e cubanos tomassem a iniciativa de apoio aos movimentos nativos, fez com que muito desses novos estados africanos, ressentidos contra tudo que significasse europeu ou ocidental, adotassem, como única alternativa, regimes de governo segundo os padrões marxistas.

A seguir será examinada a situação política dos principais estados do Sul da África, as tensões e conflitos entre vizinhos dessa região, entre os quais está incluída a Namíbia, território que ainda busca sua independência.

Angola - No século XX, a partir da década de sessenta, com a independência de grupo numeroso de nações africanas, principalmente colônias francesas e inglesas, recrudesceram os movimentos nativos com a formação de diversas frentes que tinham como propósito a libertação de Angola; porém esbarravam na violenta repressão do governo português, executada através da sua Polícia Internacional de Defesa do Estado.

Com o crescimento dos movimentos nativos africanos em prol da libertação das colônias, a política colonial portuguesa diferenciou-se bastante da dos demais países colonizadores europeus. Enquanto ingleses, franceses, belgas, etc - após executarem durante anos uma política nitidamente exploratória, repressiva e discriminatória - tiveram a percepção da chegada do momento de negociar com aqueles povos a libertação das colônias, reconheceram a legitimidade daqueles movimentos e, com isso, conseguiram salvar e manter seus interesses comerciais junto a ex-colônia, Portugal que pretendia praticar uma política de "assimilação" da colônia, sem exercer discriminação ostensiva, não soube reconhecer, no devido tempo, a realidade e enveredou pelo caminho perigoso da manutenção do "status quo" mediante o uso da força. As lutas decorrentes, dessa visão míope do problema colonial africano, foram desastrosas para todos: os portugueses residentes nas colônias, porque tiveram de abandonar suas propriedades, seus bens e fugir para o exterior; os governos dos estados emergentes porque receberam nações economicamente arrasadas, sem condições de, a curto prazo, administrar serviços essenciais antes realizados pelos brancos; também Portugal perdeu, em prestígio internacional, através de pressões sofridas nas Nações Unidas, ao retardar a conceder a independência das suas colônias.

Por ocasião da independência de Angola apenas três movimentos mantinham-se ativos ou foram formados através da fusão de agrupamentos políticos de ideais semelhantes. Foram eles: o Mo-

vimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Libertação de Angola (UNITA).

A UNITA, há mais de vinte anos sob a liderança de Jonas Savimbi é auxiliada, até os dias atuais, pela África do Sul que tenta impedir a consolidação de um governo nas vizinhanças que possa vir a ameaçar seu sistema político.

A FNLA, sob a liderança de Holden Roberto, considerado um político moderado, e de centro, recebia o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e de países ocidentais. Sem radicalizar quanto a política racial, Holden Roberto acreditava na convivência pacífica entre negros e brancos.

O MPLA, dirigido pelo médico, revolucionário e poeta Agostinho Neto, recebia e ainda recebe apoio da URSS e de Cuba e tornou-se o grande inimigo da África do Sul.

Pelo acordo de Alvor, assinado em 1975, Portugal reconheceu os três movimentos que acordaram com a formação de um governo provisório, estabeleceu-se a data de 11 de novembro de 1975 para a independência de Angola, mas a luta pelo poder veio a provocar a guerra civil angolana, que ocasionou a fuga maciça da população branca habitante da ex-colônia.

Com a intensificação do auxílio material de Moscou e de pessoal fornecido por Cuba ao MPLA, Agostinho Neto acabou suplantando os demais adversários, assumiu o controle do país e implantou um governo popular marxista que passou a dirigir com um único partido legalmente reconhecido: o MPLA - Partido Trabalhista (MPLA-PT).

Dos demais movimentos apenas a UNITA continua a lutar contra o governo angolano. A FNLA, com a fuga de Holden Roberto para o exterior, encontra-se em extinção.

Para a reconstrução do país, arrasado com a guerra civil, Angola recebeu expressiva ajuda de Cuba que enviou médicos, enfer-

meiros, técnicos e também militares. Nesta oportunidade o Brasil deu um grande passo político quando tomou a iniciativa de primeiro país a reconhecer a independência de Angola, mas foi Cuba - nação, como o Brasil, com muitos laços históricos com aquele país africano - que aproveitou-se da situação e pôs-se em ação, de forma objetiva, prestando o auxílio que Angola necessitava, urgentemente, naquele momento.

Foi o apoio cubano que desequilibrou a balança a favor do MPLA. Esse auxílio técnico-militar, embora acobertasse reais interesses políticos de levar Angola para a esfera de influência do bloco comunista, foi fundamental para que Agostinho Neto conseguisse manter o controle do país. E ele reconheceu isso ao receber as credenciais do embaixador cubano em Angola, Manoel Agre^{mont}: "Angola está orgulhosa de beneficiar da ajuda cubana, franca, leal e amistosa, para a reconstrução do país. Hoje, como ontem, Cuba tem um lugar especial no coração de todos os angolanos" (48:22).

Já há sintomas que o entusiasmo inicial com a presença cubana em seu território já arrefeceu, principalmente em razão dos vultosos custos de manutenção dessas tropas, mas a contínua luta contra guerrilheiros da UNITA, financiados pela África do Sul, não deixa outra alternativa ao governo angolano a não ser a de continuar com ocupação cubana no seu território.

Angola tem procurado manter também relacionamento com os países ocidentais. Um exemplo disso é a autorização para exploração de petróleo no enclave de Cabinda, dado a GULF OIL americana que, curiosamente, tem suas instalações protegidas por tropas comunistas cubanas contra ataques guerrilheiros.

Agostinho Neto, antes de sua morte em 1979, tentou aproximar-se de Washington de forma a reduzir sua dependência com relação ao eixo Moscou-Havana. Mas os EUA não aceitaram a proposta de restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois paí-

ses, pois exigiu, como pré-requisito, a retirada das tropas cubanas de Angola. Os EUA, ao voltar as costas para Angola, sob o argumento de que não aceitavam a presença de soviéticos e cubanos, contribuiu, justamente, para reforçar as posições estratégicas obtidas pela URSS e Cuba na África Austral. Foi um erro da política exterior dos EUA.

Em entrevista concedida ao "Times", em 1976, Agostinho Neto declarou:

"Durante toda a luta contra o colonialismo português, e todo o tempo em que estivemos sujeito a exploração, à opressão e às piores brutalidades, os Estados Unidos nada tiveram a dizer. Agora quando nos tornamos livres os Estados Unidos e o Departamento de Estado se preocupam : com o fato de que temos armas soviéticas. Só porque a União Soviética nos fornece armas isto não significa que nos tenhamos tornados um satélite. Nunca fomos. Nunca pedimos conselho a Moscou sobre como construir nosso Estado. Todas as grandes decisões em nosso país são tomadas por nosso movimento, nosso governo, nosso povo" (55:534).

Mais tarde os EUA, ao perceberem a consolidação das posições estratégicas conquistadas pela URSS e Cuba em Angola, apesar dos ataques continuados realizados por guerrilheiros da UNITA, tentaram a reaproximação com o governo de Luanda com a promessa de um programa de apoio ocidental a Angola. Os resultados foram infrutíferos em virtude da intensificação do auxílio soviético, que sabedor desses entendimentos, antecipou-se exigindo fidelidade de Agostinho Neto.

O território angolano foi invadido inúmeras vezes por tropas da África do Sul que, sob o pretexto de combater guerrilheiros da South West African People's Organization (SWAPO) que lutam pela independência da Namíbia, chegou a ocupar militarmente parte do território angolano, só recuando após o acordo de Lusaka (1984), em que exigia que Angola expulsasse de seu território os guerrilheiros da SWAPO.

Hoje Angola é um território militarmente ocupado. A região situada ao norte, incluindo Cabinda, está sob controle do gover-

no de Luanda, com maciça presença de soldados cubanos custeados por Moscou. A região sul, fronteira com a Namíbia, está ocupada pelos guerrilheiros da SWAPO que gozam da proteção do governo angolano. Na região sudeste próximo à fronteira com Zâmbia e Namíbia encontram-se tropas guerrilheiras da UNITA, que são apoiadas pelo governo da África do Sul. A figura nº 2 mostra, no território angolano, uma idéia do posicionamento dessas forças.

Moçambique - Moçambique, como Angola, foi alvo dos mais violentos conflitos armados resultantes da luta entre nativos e colonizadores pela independência territorial.

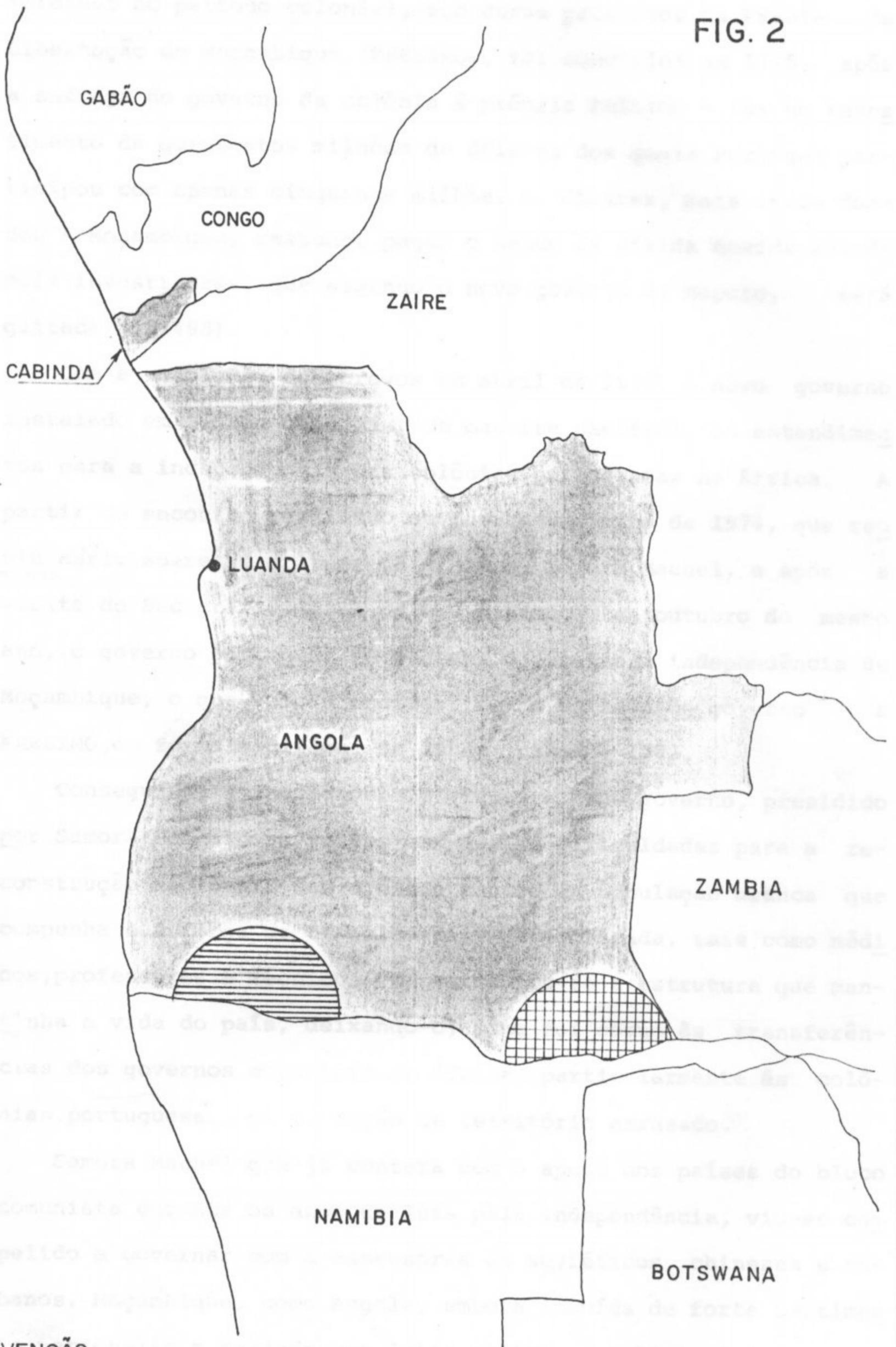
Com relação a Moçambique, o governo português, imaginando fortalecer sua posição de colonizador, articulou uma política de alianças comerciais intensas com a África do Sul e com a antiga Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de tal forma que aquele país passou a depender economicamente desses países.

A grande fonte de recursos de Moçambique era obtida com a concessão de uso dos portos de Beira e Lourenço Marques (hoje Maputo) para exportação e importação dos produtos provenientes ou destinados a Rodésia e ao Transvaal Sul Africano. Outro exemplo, foi o acordo firmado entre a África do Sul e Moçambique para a utilização de mais de cem mil trabalhadores moçambicanos nas minas de ouro sul-africanas que proporcionava e continua a proporcionar considerável renda a Moçambique, uma vez que o referido acordo estabelece que parte dos salários é recebido pelo governo moçambicano.

O maior exemplo da política portuguesa de criar interdependência com vizinhos governados por minorias brancas foi a construção da represa de Cabora Bassa, sobre o Rio Zambeze. Sendo essa a maior represa da África e como a energia gerada por ela ultrapassava as necessidades de Moçambique, Portugal propôs atender à grande demanda energética da África do Sul. Esta represa -

POSIÇÕES GUERRILHEIRAS EM ANGOLA

FIG. 2



CONVENÇÃO



UNITA



SWAPO



ÁREA CONTROLADA PELO GOVERNO

iniciada no período colonial, sob duros protestos da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), foi concluída em 1975, após a entrega do governo da colônia à própria FRELIMO - foi um investimento de quinhentos milhões de dólares dos quais Portugal participou com apenas cinquenta milhões de dólares, mais tarde doados a Moçambique, restando pagar o saldo da dívida devida aos demais investidores, que segundo o novo governo de Maputo, será quitada (55:498).

Com a revolução dos cravos em abril de 1974, o novo governo instalado em Lisboa conduziu, de maneira pacífica, os entendimentos para a independência das colônias portuguesas na África. A partir do encontro realizado em Lusaka em junho de 1974, que reuniu Mário Soares e o líder da Frelimo, Samora Machel, e após a visita do Secretário Geral da ONU a Lisboa, em outubro do mesmo ano, o governo português reconheceu o direito à independência de Moçambique, o que veio a ocorrer, com a entrega do governo a FRELIMO, de forma pacífica, em 25 de junho de 1975.

Conseguindo a independência viu-se o novo governo, presidido por Samora Machel, às voltas com sérias dificuldades para a reconstrução nacional. Com o êxodo maciço da população branca que compunha sua força de trabalho mais categorizada, tais como médicos, professores e técnicos, desarticulou-se a estrutura que mantinha a vida do país, deixando-o, como foi comum às transferências dos governos coloniais na África, particularmente às colônias portuguesas, em situação de território arrasado.

Samora Machel que já contara com o apoio dos países do bloco comunista durante os anos de luta pela independência, viu-se compelido a governar com a assessoria de soviéticos, chineses e cubanos. Moçambique, como Angola, embora imbuída de forte sentimento nacionalista forjado nas lutas contra os colonizadores e, mesmo não desejando a submissão a outra forma de colonialismo, não teve escolha a não ser dividir o poder com nações estranhas.

Apesar da manutenção dos interesses econômicos estabelecidos com a África do Sul no período colonial, o governo de Moçambique passou a sofrer, sistematicamente, por parte daquele país, ataques realizados através de incursões de tropas militares em seu território e até em Maputo, sob o pretexto de combater guerrilheiros do African National Congress (ANC), organização nacionalista negra sul-africana que utiliza, como refúgio e base, o território moçambicano, com a anuência de Maputo.

Em fevereiro de 1984 o Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Roelof Botha, visitou Maputo para selar um acordo de não agressão e de cooperação econômica. Segundo este acordo Moçambique comprometeu-se a não dar acolhida a uma lista de membros do ANC, enquanto Samora Machel obteve da África do Sul a garantia da desativação de grupos e de rádio da Resistência Nacional Moçambicana (RNM ou RENAMO), movimento de oposição armada com bases na África do Sul que tenta desestabilizar o governo comunista de Maputo.

Este acordo, conhecido como Acordo de Nkomati, assinado em 16 de março de 1984, não conseguiu impedir a ocorrência de novos atentados da RENAMO contra alvos envolvendo interesses econômicos do governo moçambicano. Nos últimos anos foram dinamitados oleodutos, subestações elétricas, trens e linhas ferroviárias, pontes rodoviárias e mortos, em emboscadas, soldados do exército moçambicano.

A 20 de outubro de 1986, Samora Machel, retornando de um encontro em Kasaba Bay, Zâmbia, com os presidentes do Zaire e Zâmbia, onde fora pedir ao Zaire que parasse de apoiar a UNITA na luta contra Angola, morreu em acidente aéreo quando a aeronave em que viajava, TU-134 de fabricação soviética, sobrevoava o território sul-africano. A África do Sul que recolhera ainda com vida o piloto soviético da aeronave, solicitou que especialistas em aviação acompanhassem a investigação interna promovida pelo

governo de Pretória. Especialistas sul-africanos, à primeira vista, consideraram que o acidente ocorreu em razão de erro do piloto, motivado por más condições de tempo e comunicações entre a aeronave e terra, com o que não concordaram as lideranças negras africanas, entre os quais o presidente de Zâmbia, Kenneth Kuan-da, que responsabilizaram a África do Sul pela morte de Samora Machel (42:1986-4). Esse acidente ainda não foi totalmente esclarecido.

O novo governante, Joaquim Chissano, ao assumir acusou a África do Sul de ter rompido o Acordo de Nkomati e de estar fornecendo auxílio aos rebeldes da RENAMO em seus recentes ataques a alvos de interesse do governo moçambicano. Pretória, por outro lado, continua a promover ações militares contra posições localizadas em Maputo, onde estariam situadas as lideranças do ANC.

Hoje a República Popular de Moçambique atravessa uma das crises mais terríveis de sua história: a fome. As fazendas coletivas submetidas, nos moldes comunistas, a um controle central estatal, não conseguiram incentivar a produção agrícola e debelar o flagelo da fome que assolou o país, motivada também por extenso período de estiagem. Recentemente a imprensa internacional divulgou a situação calamitosa em que se encontra grande massa da faminta população moçambicana que morre à mingua sem ter onde obter alimentos ou atravessa as fronteiras em busca de comida e abrigo. Para o futuro a situação deverá agravar-se com a chegada de quinhentos mil moçambicanos que trabalham na África do Sul e começaram a ser demitidos e devolvidos a seu país (38:35).

Namíbia - Entre as atuais questões africanas, ora discutida na ONU, a independência da Namíbia é a que adquiriu o maior relevo.

O território conhecido como Sudoeste Africano ou África do

Sudoeste, após a Primeira Guerra Mundial, deixou de ser protetorado alemão, sendo colocado sob a administração da então União Sul Africana (hoje África do Sul) pela Liga das Nações. Após a Segunda Guerra Mundial, com o surgimento da ONU, a África do Sul recusou-se a devolver a região alegando não reconhecer a ONU como sucessora legal da Liga das Nações. Em 1956 a Assembléia Geral da ONU declarou findo o mandato e, em 1968, reconheceu o nome da Namíbia para o território. Porém foram infrutíferas as tentativas que se seguiram, pois a África do Sul sempre demonstrou a intenção de continuar administrando o território, apesar de sua presença ali ter sido declarada ilegal, em 1971, pela Corte Internacional de Justiça e ter a ONU, em 1973, reconhecido a SWAPO como legítima representante do povo namíbio.

A argumentação sul-africana consiste, em princípio, em considerar equivocada a resolução tomada pela ONU, de reconhecer o movimento SWAPO como legítimo representante do povo namibiano, tendo em vista que em sua maioria a SWAPO está composta por elementos de um subgrupo étnico, os ovambos, que formam parte do grande grupo bantu.

Segundo essa linha de raciocínio a uma pequena parcela da população negra passou a ser atribuída, pela resolução da ONU, a representação de todos os grupos tribais, dispersos ao longo do território e sem qualquer sentimento de nacionalidade.

Outra argumentação sul-africana é quanto ao destino da minoria branca que corresponde a quinze por cento da população. Há o temor da ascensão de um governo extremado de maioria negra, ou então, politicamente fraco perante grupos radicais que possam tomar medidas violentas contra os brancos, obrigando-os a abandonar o país.

Enquanto questões como essas são discutidas pelos partidos políticos legalmente constituídos na Namíbia, segundo os critérios estabelecidos pelo governo de Petrória, a independência é

postergada e relegada a segundo plano.

Três são os partidos políticos dirigidos pela minoria branca.

O mais forte deles, a Democratic Turnhalle Alliance (DTA), formado pela coalizão de onze grupos étnicos reunidos em torno de uma liderança branca, é o único partido em condições de fazer frente a SWAPO em uma disputa eleitoral honesta e, por isso, tem amplas ligações com Pretória, mas não tem apoio da maioria negra.

O Partido Nacional tem como proposta a divisão da Namíbia em dois estados confederados, destinando o norte aos ovambos e o sul aos brancos. Esta proposta que na realidade tenta adiar a solução do problema principal, não foi aceita nem considerada pela ONU.

O mais radical entre os partidos é o Herstigte National Party que não só não aceita a intervenção da ONU na solução da questão, como incentiva o combate armado permanente contra a SWAPO.

Em setembro de 1974, a Assembléia Legislativa da Namíbia, formada exclusivamente pela minoria branca, propôs a convocação de uma conferência multiracial que definisse o futuro do território e que redigisse para ele uma constituição. Iniciada em setembro de 1975, com a presença de cento e trinta e quatro delegados que representavam onze grupos étnicos do país, a Conferência de Windhoek não foi entretanto, reconhecida pela ONU e pela Organização da Unidade Africana (OUA), devido à exclusão de representantes da SWAPO e das igrejas não-brancas que defendem o princípio de um estado independente e unitário, contra a fórmula de federalismo proposto pela minoria branca e alguns líderes negros.

Em setembro de 1977, o Conselho de Segurança da ONU condenou a pretensão da África do Sul de manter o enclave em torno do porto de Walvis Bay, situado em território da Namíbia e em julho de

1978, adotou a Resolução 435, aprovando o plano para independência da Namíbia. Os delegados da Linha de Frente, - Angola, Moçambique, Zâmbia, Botsuana e Tanzânia, - a SWAPO e o governo de Pretória concordaram com a proposta da ONU em realizar as eleições no território.

As eleições marcadas para dezembro de 1978 foram realizadas sob a supervisão da África do Sul, sem a presença da SWAPO e tiveram como partido vencedor a DTA. Essas eleições não foram aceitas pelas principais lideranças negras, nem pela OUA. Novas eleições foram marcadas para 1979, sob a supervisão da ONU e não foram realizadas.

A partir de 1980 reuniram-se representantes de Angola, Moçambique, Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Malawi, Zimbabue, Zâmbia e Tanzânia e, por iniciativa dos países da Linha de Frente, criaram a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) que tem por finalidade promover a elevação do nível econômico da região, sem perder de vista a redução da dependência dessa micro-região à África do Sul.

A partir de 1985, Pretória instalou na Namíbia o Governo Transnacional de Unidade Nacional, composto de brancos conservadores e negros representantes de partidos legalmente constituídos, o que exclui, de imediato, a presença de representantes da SWAPO. Este Governo Transnacional é responsável pela política interna do território, cabendo à África do Sul a defesa externa e a política exterior.

No ano seguinte o Presidente da África do Sul, Pieter Botha, anunciou que o seu país está decidido a aceitar o plano de independência da Namíbia proposto pelas Nações Unidas sob a condição de que sejam retiradas todas as tropas cubanas sediadas em Angola. Aliás, este pretexto tem sido o argumento apresentado ao mundo, pelo governo de Pretória, para justificar as frequentes ações militares realizadas por forças sul-africanas, que penetram no

território angolano para destruir as bases de apoio dos guerrilheiros da SWAPO.

A SWAPO, embora não sendo partido político, está dividido em dois ramos: uma parcela interna a qual é tolerada certa atividade política e outra, localizada no exterior, no exílio, que há mais de vinte anos vem executando ações de guerrilhas sobre o território da Namíbia. Com a independência de Angola passaram a ter pontos de apoio na fronteira, além de contarem com assessores militares cubanos e soviéticos. Este apoio militar tem possibilitado, de forma significativa, o crescimento e o fortalecimento do movimento guerrilheiro.

Nos dias atuais a situação da Namíbia continua insolúvel. Enquanto a ONU e a maioria de seus países membros reconhecem o direito da Namíbia a sua autodeterminação e a África do Sul reluta em abrir mão daquele território, o único movimento nacionalista não tem força suficiente para impor sua vontade e, ao que parece, não a terá durante muito tempo. Ou seja, enquanto as superpotências não resolverem se empenhar, de forma direta, na solução desse problema, a Namíbia continuará a ser um foco de tensão na África Austral.

Zimbabwe - República do Zimbabwe foi a denominação adotada em 1980, por ocasião da independência da Rodésia do Sul, colônia britânica que entre 1965 e 1979 declarara-se unilateralmente independente da Grã-Bretanha, por iniciativa de Ian Smith.

Até este período, movimentos guerrilheiros nacionalistas, entre os quais se destacaram a Zimbabwe African National Union (ZANU), liderada por Robert Mugabe e a Zimbabwe African People's Union (ZAPU), sob a liderança de Joshua Nkomo, realizaram intensa campanha pela independência territorial, muito embora existisse grande animosidade entre seus componentes. Nas cidades as agitações urbanas foram organizadas pelo African National Council,

liderado pelo Bispo Abel Muzorewa.

A transferência de poder da minoria branca para a maioria negra, problema hoje discutido na Namíbia, foi precedido de intensas negociações, dificultadas pela fragmentação das forças nacionalistas. A ZANU de Mugabe é apoiada pela maioria Mashona ou Shona, culturalmente mais avançada, que habita regiões economicamente ricas, enquanto a ZAPU de Nkomo tem sua base na minoria Matabele ou Ndebele e habita as regiões mais pobres.

Após sete anos de guerra de libertação foi selado, pacificamente, em Lancaster House, um acordo entre a Frente Patriótica (FP) - denominação dada ao movimento nacionalista quando os líderes de Mugabe e Nkomo passaram a atuar em conjunto - e Ian Smith, que representava a minoria branca.

A independência marcada para 1º de janeiro de 1980 foi considerada um exemplo, para a África, de transferência de poder entre brancos e negros: foram desmobilizados trinta mil guerrilheiros, realizadas eleições livres e instalado o governo legítimo, escolhido pela maioria, dirigido por Robert Mugabe.

Mugabe teve muito êxito em sua política relativa aos brancos. Três líderes do regime anterior participaram do novo governo, muitos dos oficiais brancos conservaram seus postos de comando nas novas forças armadas e os cinco mil e setecentos lavradores brancos mantiveram a propriedade de quase cinquenta por cento da terra. O êxodo de apenas cem mil para a África do Sul, de um total de duzentos e setenta mil brancos, foi considerado muito reduzido em termos africanos (36:47). A comunidade branca que permaneceu em Zimbabwe conservou seus interesses econômicos e passou a apoiar o novo governo da maioria negra. Ian Smith manteve-se no legislativo e subdividiu em dois o seu Partido Rodesiano, sob o novo título de Partido Republicano, separando o bloco dos irreconciliáveis e dos simpatizantes do novo regime.

O padrão de vida dos habitantes negros do Zimbabwe passou a

ser o melhor da África Negra. As escolas primárias, secundárias, bem como a assistência médica são gratuitas, de acordo com o plano político de caráter socialista implantado, mas que muito habilmente procurou não entrar em choque com interesses privados estrangeiros, das empresas transnacionais e, principalmente, com os da África do Sul.

Na área de saúde, a partir dos dois primeiros anos após a independência foram duplicados os recursos destinados à área e todo o habitante com renda mensal inferior a cento e trinta dólares - que é cerca de três quartos da população - passou a ter direito a tratamento médico gratuito (53:9).

Na área da educação havia, por ocasião da independência, oitocentas mil crianças frequentando as escolas; em 1985 esse número cresceu para dois milhões e trezentas mil crianças (36:49).

O sucesso dessa política foi confirmado ao final dos três primeiros anos de governo, quando foram atingidas metas realmente grandiosas de desenvolvimento: doze por cento da taxa de crescimento econômico, incremento substancial da produção agrícola e industrial, volumes elevados na exportação de fumo, açúcar, milho e algodão.

Entretanto, as antigas dissidências internas, existentes desde o período de guerrilhas entre componentes da ZANU e ZAPU, reacenderam-se logo após divulgados os resultados eleitorais, em que Mugabe obtivera esmagadora maioria no legislativo, o que lhe garantiu a conquista do poder.

Os primeiros choques pareciam episódios isolados: briga entre soldados de grupos étnicos e políticos diferentes, transformados em tiroteios entre pelotões, tomaram uma dimensão significativa quando uma grande quantidade de armas foi encontrada nas terras de Nkomo, o que provocou sua expulsão do governo e de mais quatrocentos e cinquenta integrantes do ZAPU.

Com o prosseguimento de ações terroristas, um deles contra

a base aérea de Thornhall, que teve como resultado a destruição de treze modernos caças a jato, foram levantados suspeitas que por trás da população Ndele e dos "dissidentes" da Frente Patriótica havia alguém muito forte e eficiente: a África do Sul. Segundo a imprensa internacional, Robert Mugabe teria declarado que "para a África do Sul um Zimbabwe próspero e estável é um perigo: é o desmentido vivo de todas as teorias sobre os quais se apoia o regime de Pretória, e um péssimo exemplo para a população negra do interior do país. Lá deseja-se não apenas nossa dependência econômica completa, mas também nossa derrocada" (61: 33-6).

Após as eleições de 1985, na qual Mugabe obteve para o seu partido (ZANU-FP) sessenta e três cadeiras no legislativo - contra quinze obtidas pelo principal partido oposicionista, o ZAPU de Nkomo, que retornara ao país em 1984 e quinze obtidas pela Conservative Alliance of Zimbabwe (CAZ) de Ian Smith - o que possibilitou-o manter-se no cargo de Primeiro-Ministro. Com a nova vitória de Mugabe repetiram-se inúmeras ações violentas e perseguições aos oposicionistas políticos do partido majoritário, promovidas pelos seguidores e partidários do ZANU.

Internamente, o país que nos dois primeiros anos teve o seu crescimento de forma bastante acentuada, ampliando-se os benefícios na área social, antes quase exclusivamente dirigida à comunidade branca, passou a ter dificuldades econômicas, fruto principalmente da recessão econômica mundial.

No setor industrial, bem como na Agricultura, o novo governo ainda mantém um sistema de economia voltado para o mercado interno. É provável que surja, num futuro próximo, problemas com relação a maior distribuição de terras. Como resultado da política assumida por Mugabe, em atendimento ao acordo de Lancaster House de transferência de poder sem atingir o direito de propriedade dos brancos, a maior parcela das terras agriculturáveis continua

pertencente a população branca. Tal situação deverá colidir com o crescimento de considerável contingente de jovens negros que anualmente se apresentarão para o mercado de trabalho, que as cidades não terão condições de absorver e que não terão outra alternativa a não ser procurar no campo a oportunidade esperada.

No campo militar, o Zimbabwe National Army (ZNA) recebeu assessoria militar da China, Coreia do Norte e Reino Unido. É um exército pequeno, porém proporcionalmente bem equipado.

Externamente o Primeiro-Ministro Mugabe mantém muito bom relacionamento com seu vizinho Moçambique, chegando a prestar-lhe auxílio militar no combate à guerrilha, como foi o caso, em 1984, quando enviou quatro mil soldados para auxiliar o Presidente Samora Machel na guarda de comboios que trafegam para Malawi e proteger cento e oitenta e quatro milhas de estradas de rodagem, via férrea e oleoduto entre o porto de Beira e Mutare, contra os guerrilheiros da RENAMO, inimigos do governo de Maputo (36:47).

Com relação a África do Sul, Zimbabwe mantém frias relações diplomáticas, concomitantes com intensas relações comerciais. Embora Mugabe reconheça a legitimidade das lutas da SWAPO na Namíbia e do ANC contra o governo de Pretória, é bastante realista para reconhecer que o Zimbabwe ainda não pode prescindir do relacionamento comercial com a África do Sul.

África do Sul e o "apartheid" - A República da África do Sul, considerada por seu próprio governo ainda uma nação em desenvolvimento é, de fato, uma potência econômica e militar encravada num continente pobre e subdesenvolvido.

A África do Sul, com cinco por cento da população e três por cento da superfície do continente africano, corresponde a vinte e cinco por cento do PNB da África, quarenta por cento da sua produção industrial, quarenta e cinco por cento da sua produção de minerais e dois terços do aço consumido e da eletricidade pro-

duzida. Produz mais de setenta por cento do ouro do mundo ocidental, é o maior produtor de diamantes para joalheria e terceiro em produção de urânio (2:4, 72).

É um país que se destaca, por razões diversas, no continente africano. Não se poderia falar da África, principalmente da África Austral, sem falar na África do Sul.

É um país de contrastes. Atingiu os maiores níveis de padrões materiais de vida que o mundo ocidental classifica como bastante civilizados, ao mesmo tempo que, no campo social pratica, diariamente, a negação dos principais valores do mundo ocidental. Tornou legal um instrumento perverso que distingue os homens segundo suas raças. O "apartheid".

Em 1948, com a vitória do Partido Nacionalista de Daniel François Malan, passaram a ser implementadas, com bastante rigor, um conjunto de leis que concedia tratamento diferenciado ao povo sul-africano, principalmente dirigidos a negros, mestiços e asiáticos.

Segundo esse conjunto de regras discriminatórias, que tem por princípio que "cada homem deve ocupar o seu lugar", foram criados, dentro do território sul-africano, "estados independentes" destinados a receber a maioria negra, em áreas que correspondem a treze por cento da área do país. Estes locais foram denominados "bantustans".

Os "bantustans" foram criados por Pretória como a solução sul-africana para os problemas raciais existentes. São antigas reservas indígenas onde os negros passaram a viver em regime, inicialmente, de semi-autonomia, com governo e poder legislativo próprio. Após um determinado período em que o território tem apenas liberdade interna é, então, concedida a "independência", passando a ter sua própria constituição, submetida evidentemente à aprovação da África do Sul, que fica encarregada de exercer, para esses "estados", os encargos de defesa e relações exteriores.

Atualmente a África do Sul considera a existência de quatro esta dos nacionais independentes: Transkey, Bofutatsuana, Venda e Ciskei, além de outros seis estados nacionais autônomos.

Na realidade os "bantustans" promoveram a divisão da maioria negra e tornou-se um empecilho à sua reorganização, uma vez que foram isolados segundo grupo étnicos distintos. Os shosas foram localizados no Transkei e Ciskei, os tsuanas foram para Bofutatsuana e os vavendas para Venda, de forma que passaram a reviver identidades sociais, culturais e linguísticas próprias, perdendo aos poucos o sentimento de nacionalidade sul-africana. Procurou-se dividir para enfraquecer.

Com a nova constituição política da África, em vigor desde 3 de outubro de 1984 acreditava-se que fossem abrandadas as rigo rosas regras do "apartheid", mas isto não ocorreu no nível esperado. Foram abolidas algumas leis como a que proibia casamentos inter-raciais e a que movimentava cidadãos negros, compulsivamente, segundo critérios do Estado, mas a essência do "apartheid" continua viva. O que mudou foi a forma mais sofisticada do gover no exercê-lo. Senão, vejamos.

A nova constituição estabelece que o Presidente da República exerce as funções de Chefe de Estado e Primeiro-Ministro e é eleito por um parlamento formado por três Câmaras: a Câmara da Assembléia, a Câmara dos Representantes e a Câmara dos Delegados.

A Câmara da Assembléia, a maior delas, tem cento e setenta e oito deputados, dos quais cento e sessenta e seis são escolhidos por eleitores brancos; o Presidente da República nomeia quatro deputados e os cento e sessenta e seis eleitos completam a Câmara elegendo mais oito membros.

A Câmara dos Representantes tem oitenta e cinco deputados, sendo oitenta escolhidos por eleitores mestiços, dois pelo Presidente da República e os restantes (três) pelos próprios oitenta

membros eleitos.

A Câmara dos Delegados tem quarenta e cinco deputados, sendo quarenta escolhidos por eleitores indianos, dois pelo Presidente da República e três pelos próprios deputados eleitos.

O Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República é formado por oitenta e oito membros das três Câmaras, distribuídos na seguinte proporção: cinquenta deputados provenientes da Câmara da Assembléia (brancos), vinte e cinco deputados da Câmara de Representantes (mestiços), e treze deputados da Câmara dos Delegados (indianos) (2:22-4).

Por que os negros foram excluídos da vida política do país? É importante que se conheça a resposta dada a esta pergunta pelo próprio Governo de Pretória:

"Existem várias diferenças objetivas entre a situação sócio-cultural e política dos mestiços e dos indianos, por um lado, e a dos negros, por outro lado.

Quando foi fundada a União da África do Sul, em 1910, a população total compreendia dez povos negros etnicamente distintos, que no fim da década de sessenta estavam escalonados desde algumas centenas de milhares até quatro milhões. Cada um desses povos tinha - e continua a ter - uma base territorial razoavelmente bem definida pela História, ao longo de cem anos, assim como uma identidade cultural e linguística própria e um sistema sócio-político diferente.

Assim, sempre esteve implícito na política de todos os governos sul-africanos, particularmente desde o início da década de sessenta, que o desenvolvimento político e constitucional dos povos negros deveria ser distinto do dos brancos. Nas últimas décadas foram estabelecidos os fundamentos legais para o desenvolvimento destes povos e dos seus territórios, de modo a gozarem de plena autonomia governativa e, querendo (o grifo é nosso), de soberana independência.

Por várias razões evidentes, o desenvolvimento político e constitucional dos mestiços e dos indianos não pode seguir o mesmo curso que o dos negros. Ao contrário dos negros, os mestiços e indianos não têm territórios que lhes sirvam de base para um futuro político independente e distinto. Nenhum dos dois grupos populacionais se considera a si mesmos ou é considerado pelos outros como um povo diferente. O estilo de vida de ambas as comunidades é essencialmente ocidental, acontecendo que a grande maioria dos mestiços, tal como os brancos são cristãos e falam africanense. Por isso a política dos sucessivos governos sul-africanos, ao longo dos anos, foi a de que as legítimas aspirações políticas dos mestiços e dos indianos deveriam ser satisfeitas no âmbito da organica de decisão política dos brancos" (2:28-31).

O atual presidente, Pieter Botha, que acenara com reformas profundas no sistema político-racial vigente e não promoveu qualquer alteração significativa no "apartheid", vem realizando ações coercivas violentas contra os países vizinhos, governados todos por maioria negra, sob o pretexto de atacar bases, externas ao território sul-africano, de apoio aos guerrilheiros do ANC ou da SWAPO que fustigam o governo de Pretória e refugiam-se em Angola, Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia e Botsuana.

Em maio de 1986, Botha autorizou a incursão com tropas, aviões e helicópteros a três capitais vizinhas: Harare (Zimbabwe), Gabarone (Botsuana) e Lusaka (Zâmbia) e comparou os ataques aos vizinhos ao bombardeio americano na Líbia, ocorrido no mês anterior, repetindo o mesmo argumento do Presidente Ronald Reagan; combate ao terrorismo. Os EUA, entretanto, desaprovaram a ação dos sul-africanos e, após a expulsão do adido militar sul-africano em Washington, chamou de volta seu próprio adido militar em Pretória. Houve protestos do mundo inteiro contra a atitude sul-africana. O Presidente Alfonsin da Argentina, em protesto, decidiu romper relações com a África do Sul (4:47).

Este tipo de incursões punitivas foi muitas vezes repetida também contra Moçambique, até a assinatura do Acordo de Nkomati que resultou em um pequeno período de tregua, como já vimos.

O governo de Pretória, nos dias atuais, luta contra dois principais movimentos guerrilheiros nativos da África Austral: o ANC - que tem base urbana nas cidades sul-africanas e seu braço armado, a "Lança da Nação", que executa a luta guerrilheira no interior - e a SWAPO, na Namíbia.

O ANC é a mais antiga e forte organização nacionalista negra da África do Sul, fundada em 1912 e proscrita em 1960, é chefiada por Oliver Tambo. Nelson Mandela, seu líder de maior projeção, comandou a manifestação pacífica contra a Lei do Passe a 21 de março de 1960, em Sharpville, no qual foram mortos sessen-

ta e nove e feridos cento e sessenta e nove africanos. A partir desta data Nelson Mandela continua preso e a ONU consagrou este dia como o da luta contra o racismo.

Segundo Pretória o ANC tem sobrevivido graças ao auxílio militar que vem recebendo da FRELIMO, de cubanos localizados em Angola, do MPLA e do maciço apoio financeiro da URSS. A todo esse auxílio deve ser acrescido o apoio mútuo mantido entre guerrilheiros da SWAPO e do ANC, tendo por propósito a derrota do inimigo comum.

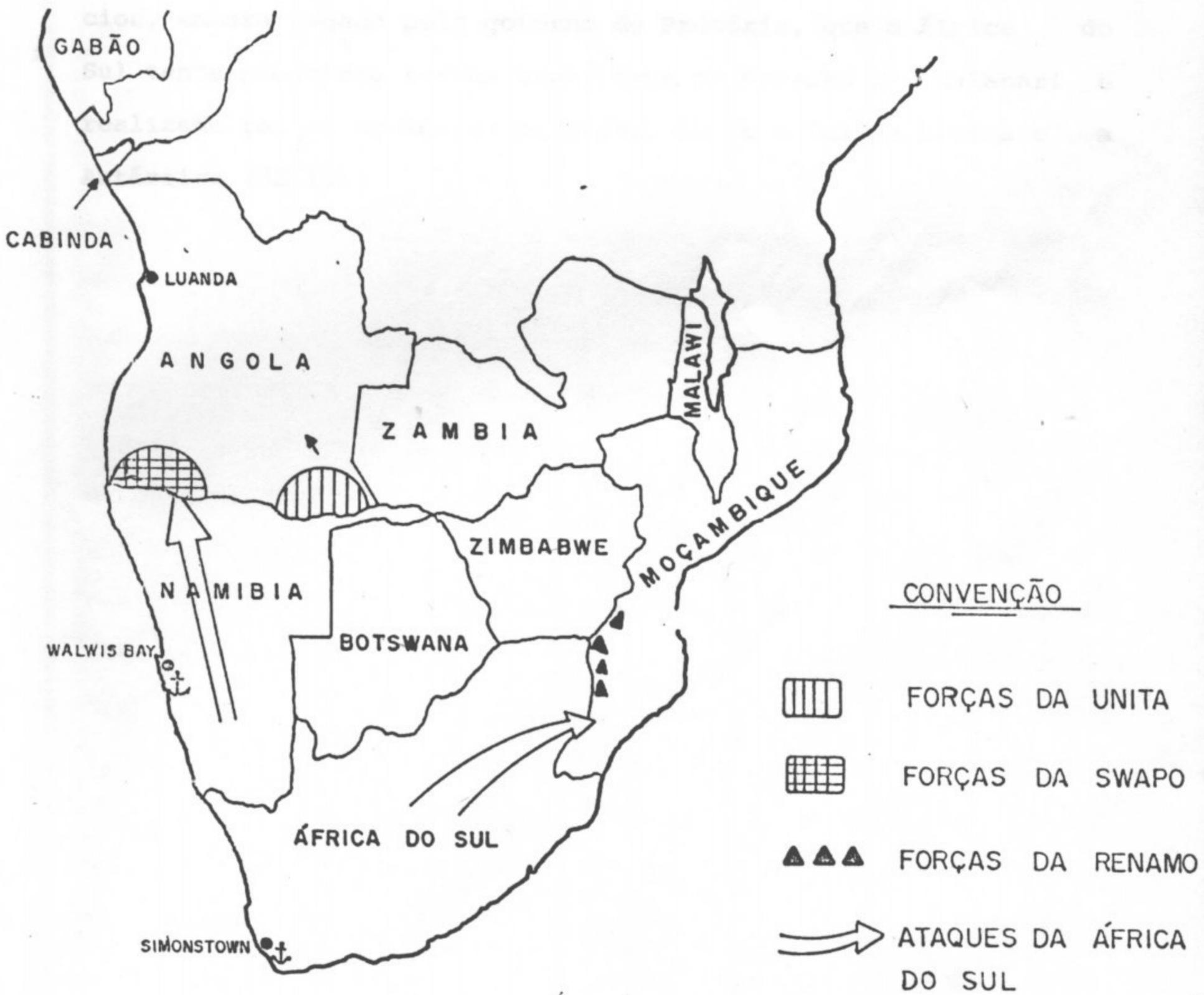
Em contrapartida, seus vizinhos africanos acusam o governo sul-africano de fomentar os movimentos guerrilheiros de forma a desestabilizar os governos dos países vizinhos, administrados pela maioria negra: RENAMO em Moçambique, o ZAPU no Zimbabwe e a UNITA no território angolano. A figura nº 3 apresenta o posicionamento dessas diversas forças na África Austral.

Nesse confronto de atores e interesses há relativa vantagem para a África do Sul, tendo em vista que os países do Cone Sul africano dependem de Pretória, sua economia, seu fornecimento de energia, comunicações, suas vias de transportes ou de seus portos.

Atualmente, com exceção de Angola e Moçambique, os países do Cone Sul africano não tem outra alternativa senão usar a rede ferroviária da África do Sul, pois as demais redes ou sofrem ataques guerrilheiros ou tem interrupções decorrentes de carência de energia. A linha ferroviária moçambicana que parte dos portos de Nacala e Beira são constantemente atacadas pela RENAMO. Da mesma forma a linha de Benguela para o porto angolano de Lobito, muito utilizado para exportação de cobre pelo consórcio do governo do Zaire com japoneses, foi imobilizada pela UNITA. Com isso cerca de quarenta e cinco por cento das importações e exportações do Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e Zaire utilizaram a rede ferroviária sul-africana e fluem através de seus portos (1:10).

SUL DA ÁFRICA POSICIONAMENTO DE FORÇAS

FIG - 3



A vantagem da África do Sul também é assegurada pelo apoio discreto que recebe de certos países da OTAN bem como de Israel. Apesar do embargo à venda de armas a África do Sul, decretado pela ONU em 1977, esse país tem recebido armas de fornecedores particulares de países membros da OTAN e de Israel, em negociação de governo a governo, por se tratar de indústria bélica estatal (40:35).

Com relação a Israel suspeita-se que a África do Sul tenha estabelecido com aquele país estreito intercâmbio na área de energia nuclear, visando produzir artefatos nucleares. Há indícios, embora negado pelo governo de Pretória, que a África do Sul tenha projetado testes explosivos no deserto de Kalahari e realizado testes nucleares no oceano entre o Sul da África e a Antártica (52:19).

CAPÍTULO 4

ÁFRICA: INTERESSES BRASILEIROS ATUAIS E FUTUROS

O atual interesse brasileiro por um relacionamento com os países da África surgiu na década de sessenta, após a independência das novas nações africanas quando, no curto período de governo, o Presidente Jânio Quadros teve a intenção de estabelecer para o Ministério das Relações Exteriores uma política voltada para a aproximação com o Terceiro Mundo. Essa tentativa, embora ações isoladas e descontinuadas, valorizaram o início das relações.

A partir de 1964, - embora no início dos governos militares tenha havido um certo esfriamento das relações do Brasil com as nações denominadas "não-alinhadas" do terceiro mundo, o que ocorreu também no sentido inverso - o governo brasileiro tentou dar continuidade à política de aproximação com a África. Nesse mesmo ano o Presidente Castelo Branco recebeu o Presidente do Senegal, Leopold Senghor, demonstrando interesse em manter um relacionamento cultural e econômico com as nações africanas emergentes. O Brasil, pouco antes já mantivera contatos comerciais com Uganda e Costa do Marfim (55:503).

Mas a ocasião não era oportuna para que se consolidassem esses entendimentos. As colônias portuguesas na África estavam em luta acirrada pela independência e poderia parecer aos olhos da África, que o Brasil realizava uma política exterior ambígua. Ao mesmo tempo que se voltava para os países africanos emergentes, mantinha laços de amizade com Portugal salazarista, que continuava a reprimir com rigor os movimentos de independência, principalmente em Angola e Moçambique.

O Brasil, no período que precedeu a independência das colônias portuguesas, manteve-se equidistante dos principais atores. Reconhecia que o sistema colonial na África estava em falência

e, posicionava-se, claramente, pelo direito à autodeterminação e independência dos povos africanos, ao mesmo tempo que, em razão de laços centenários, valorizava o relacionamento luso-brasileiro sem, contudo, assumir comprometimento com a política colonialista de Portugal.

Mantendo-se coerente com essa política exterior, em 1972 o Ministro Mário Gibson Barbosa, considerou esse ano, para o Brasil, como o "Ano da África", realizou viagem a oito países africanos (55:515) e paralelamente, ratificou a Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres que concede cidadania comum a portugueses e brasileiros.

O Brasil continuava também a manter relações diplomáticas e comerciais com a África do Sul que, na ocasião, foi muito sujeito às críticas por parte de intelectuais brasileiros (55:518). Hoje, vinte anos decorridos, este fato perde consistência ao ser analisado, uma vez que nações como Moçambique, independente e sob forte influência soviética, tem em Pretória, um parceiro comercial muito importante.

O Brasil manteve-se firme no propósito de não radicalizar no trato de questão, o que permitiu que, declarada a independência de Angola a zero hora de 11 de novembro de 1975, fosse o Brasil o primeiro país a reconhecer sua independência e a estabelecer relações diplomáticas com o governo de transição angolano. E mesmo após a formação do governo de Agostinho Neto, de acordo com o modelo comunista soviético e sob forte influência de assessores cubanos, o Brasil continuou mantendo relacionamento com o governo de Luanda.

Interesses Brasileiros na África - O comércio exterior brasileiro, saído de uma monocultura para produtos industrializados e serviços, ainda está muito aquém de suas reais possibilidades. O Brasil tem quase toda sua produção voltada para o seu mercado in

terno, que tem capacidade de absorvê-la, destinando à exportação apenas dez por cento do seu Produto Interno Bruto (55:4). Advém daí a razão da inexistência de uma política de comércio exterior bem estruturada e voltada para a conquista de novos mercados.

Com relação à África, nossos interesses comerciais, econômicos e mesmo políticos ainda não estão bem definidos, carecendo de um planejamento que analise e ordene as ações a serem tomadas e que objetivos desejamos atingir. O volume de negócios com a África é muito reduzido; não chega a cinco por cento do comércio exterior do Brasil.

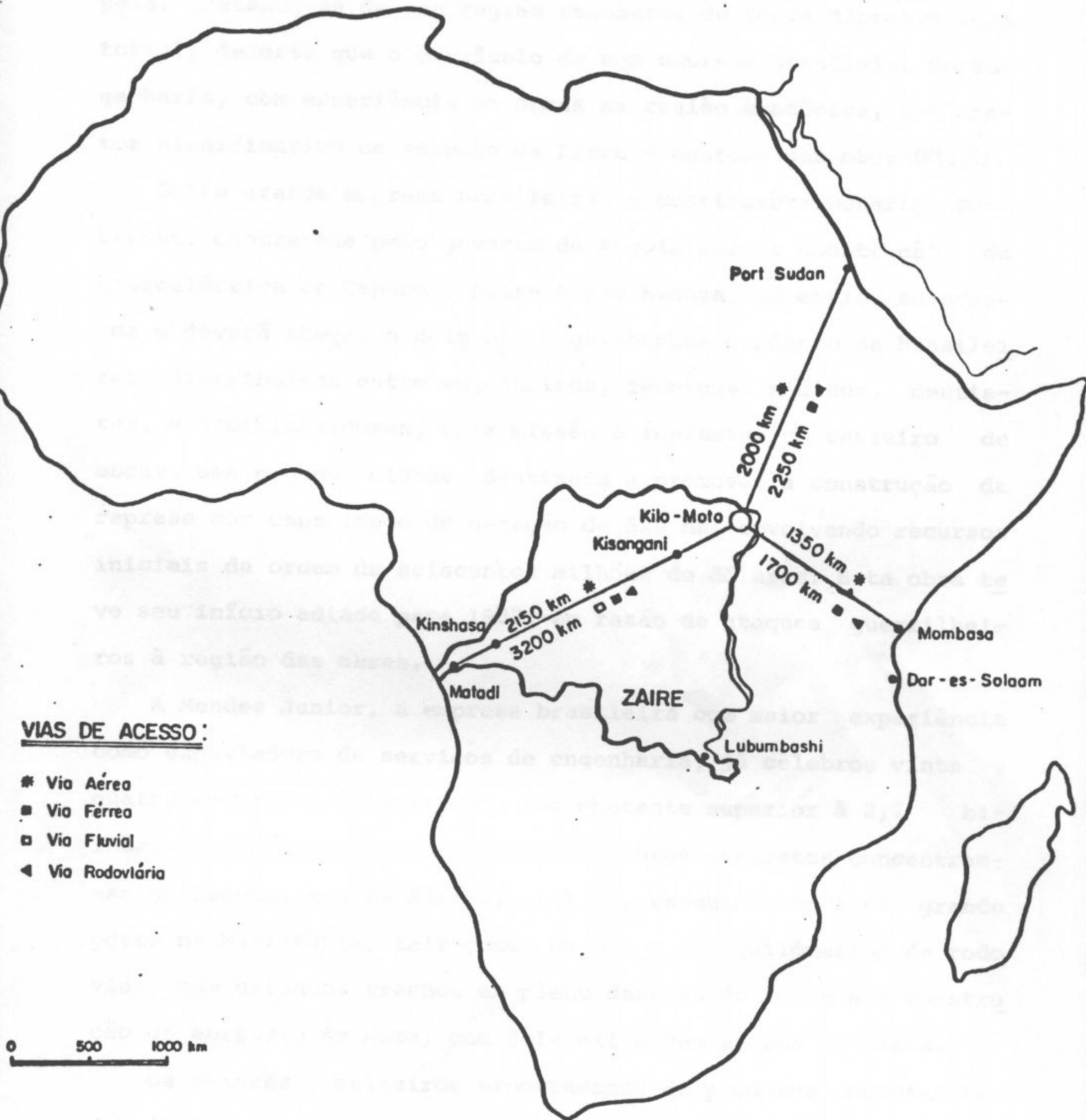
Entre os nossos principais produtos exportados para a África estão os da área de construção civil. São serviços de engenharia realizados por empresas brasileiras de grande porte e experiência no setor que, muito mais por iniciativas próprias que governamentais, foram disputar os mercados da África e Oriente Médio, tendo obtido significativos êxitos, contrapondo-se a grande interesses de firmas estrangeiras, principalmente as originárias de antigos países colonizadores. A seguir serão apresentados alguns dados desses trabalhos.

A empresa brasileira Andrade Gutierrez está, no momento, firmando o contrato para instalação e operação de uma mina de ouro situada no distrito de Kilo-Moto, no Zaire. Trata-se de um contrato de instalação em regime de "turn key" e operação, durante sete anos, de um complexo mineiro-industrial na usina situada a nordeste do Zaire (Fig. 4), visando a produção anual de seis toneladas de ouro refinado, com pureza de 99,9%.

Todas as fases, da construção à exploração, contarão com mão-de-obra brasileira e zairense, sendo que na fase de exploração a mão-de-obra zairense (que corresponde a oitenta por cento) receberá treinamento para operação do complexo mina-usina.

No Congo, a mesma Andrade Gutierrez está finalizando a construção de rodovia de cento e trinta e quatro quilômetros, ligan-

FIGURA Nº 4



SITUAÇÃO DAS CONCESSÕES DO OFFICE DE MINES D'OR
DE KILO-MOTO NO ZAIRE-ÁFRICA

Fonte: Construtora Andrade Gutierrez.

do as cidades de Epena, Impfondo e Dongou, situada a nordeste do país. Tratando-se de uma região recoberta de densa floresta equatorial, decerto que o currículo de uma empresa brasileira de engenharia, com experiência em obras na região amazônica, foi fator significativo na seleção da firma executora das obras (Fig.5).

Outra grande empresa brasileira, a Construtora Noberto Odebrecht, contratada pelo governo de Angola para a construção da hidroelétrica de Capanda, sobre o rio Kwanza, já enviou seiscentos e deverá chegar a dois mil e quinhentos o número de brasileiros, distribuídos entre engenheiros, técnicos, médicos, dentistas, e administradores, cuja missão é implantar um canteiro de obras, uma pequena cidade, destinada a promover a construção da represa com capacidade de geração de 520 MW, envolvendo recursos iniciais da ordem de seiscentos milhões de dólares. Esta obra teve seu início adiado para 1987, em razão de ataques guerrilheiros à região das obras.

A Mendes Junior, a empresa brasileira com maior experiência como exportadora de serviços de engenharia, já celebrou vinte e quatro contratos no exterior, num montante superior a 2,7 bilhões de dólares. No momento, seus maiores contratos concentram-se no Iraque, mas na África, em 1984, executou obras de grande porte na Mauritânia, tais como: um mil e cem quilômetros de rodovias, com extensos trechos em pleno deserto do Saara e a construção do aeroporto de Nema, com dois mil e cem metros de pista.

Os setores brasileiros exportadores de produtos manufaturados já têm presença no continente africano, mas ainda resta grande faixa desse mercado a ser conquistada. Exemplo recente deu a nossa indústria aeronáutica, liderada pela Embraer, empresa nacional que vem a cada dia assumindo um papel de destaque entre as empresas mundiais do setor, fruto da qualidade de seus produtos: durante o Salão de Le Bourget de 1987, realizou a venda de cinquenta aviões "TUCANO" para a Nigéria e iniciou entendimentos

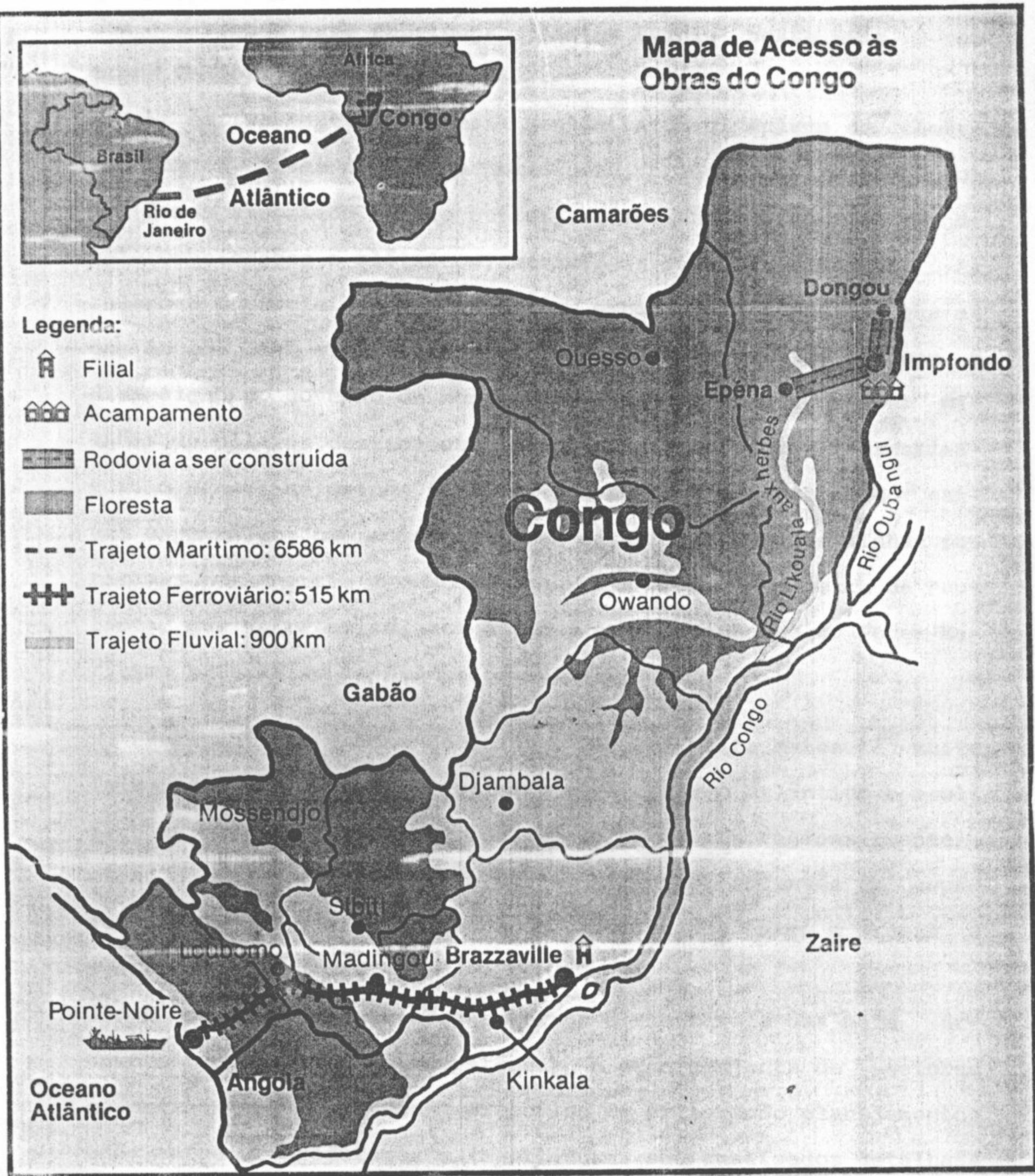


FIGURA Nº 5

RODOVIA INTERLIGANDO EPENA-IMPFONDO-DONGOU. CONGO-ÁFRICA

Fonte: Andrade Gutierrez em Revista, maio/ago. 1985.

com o Marrocos para fabricação, desses aviões nesse país, em troca de fertilizantes (36:33).

Na África Austral o Brasil mantém razoável volume de comércio com os países de língua portuguesa, principalmente com Angola. Temos exportado, entre outros, equipamentos e componentes de telecomunicações e elétricos, através da Telebrás e Furnas. As relações comerciais com Moçambique, embora mais reduzidas que as com Angola, tem sido crescentes. O Banco do Brasil já colocou a disposição do governo de Moçambique linha de crédito de cem milhões de dólares destinados a importação de produtos brasileiros. O Brasil se propôs também a financiar a exploração do carvão e petróleo, bem como colaborar na criação de duas linhas marítimas permanentes para Moçambique, uma do Lloyd e outra da Paulista, que contribuirá, sem dúvida, para a expansão do Poder Marítimo brasileiro no Atlântico Sul (55:537).

Perspectivas - Como declarou o General Meira Matos "é muito mais fácil uma empresa brasileira atravessar o Atlântico e realizar uma obra na África, que realizá-la em certas regiões fronteiriças do nosso território; o Oceano Atlântico ao invés de separar-nos, é uma via de comunicação privilegiada entre o Brasil e a África" (47).

A conquista de mercados externos é uma tarefa das mais árduas e requer, além de competência, a ação conjunta de setores governamentais e privados, precedida de criterioso planejamento, onde mercados produtores e importadores são analisados detalhadamente por quem aspira promover uma política exterior com sucesso.

A África ainda não é um mercado importador de grande poder aquisitivo, mas algumas nações africanas têm potencialidades para desenvolver-se com taxas de crescimento econômico bem elevadas, tornando-se parceiros comerciais de relevo. Embora pobres,

há nações africanas muito ricas em minerais, alguns até de importância estratégica, o que explica o crescente interesse de países industrializados pelo continente africano.

O Brasil tem com a África muitas afinidades culturais, sociais, históricas e geográficas que constituem uma vertente convergente, a ser melhor aproveitada para o desenvolvimento de relações políticas e comerciais mais intensas entre brasileiros e africanos, com benefícios mútuos para os nossos países.

No setor que nos é de maior interesse que é o desenvolvimento do Poder Marítimo nacional, o continente africano pode contribuir de forma substancial na medida em que forem intensificadas as relações políticas e comerciais entre o Brasil e países africanos. O momento atual é oportuno e favorável à busca desse crescente relacionamento político e comercial, de forma a torná-lo mais amplo e intenso.

As nossas empresas de engenharia, ao exportar serviços, realizam no exterior um trabalho de valor incalculável. Cada canteiro de obras, além de se constituir na demonstração física da pujante capacidade técnico-industrial brasileira, realiza um intercâmbio pessoal e diário entre funcionários nossos e os locais. Cada escritório dessas empresas representa uma ponta-de-lança brasileira no exterior em busca de novos mercados. São escritórios comerciais privados a serviço do Brasil.

Como essas obras de construção civil no exterior podem contribuir para o crescimento do Poder Marítimo brasileiro?

Primeiramente porque as empresas brasileiras exportadoras de serviços de engenharia estão entre aquelas que construíram grande parte das instalações terrestres que compõem o Poder Marítimo nacional e têm trabalhos para apresentar e motivar interesse no desenvolvimento desse setor. A medida em que horizontes novos forem abertos no exterior, mesmo nas mais diversas áreas, a nossa frota mercante tráfegará entre novos portos, conduzindo toda a

maquinária e equipamentos necessários à obra, criando ou intensificando linhas, passará a transportar novos produtos. Da mesma forma, no sentido oposto, outros navios passarão a aportar em nossos principais portos, mantendo contato com nossos estaleiros e indústrias, possibilitando descortinar inúmeros interesses comuns.

O Brasil, embora não tenha pretensões políticas hegemônicas no Atlântico Sul, tem que naturalmente assumir o papel de destaque que sua própria dimensão continental confere-lhe, por si mesma, uma presença internacional diferenciada. A localização geográfica, que nos avizinha do continente africano, muito contribuiu para a formação de vínculos históricos e sócio-culturais entre nossos povos. Devemos ter sempre presente que, durante muito tempo, nenhuma nação africana (excluída a África do Sul) poderá prescindir de auxílio exterior nas mais diversas formas, argumento suficiente para que não sejam esses vínculos relegados a plano secundário, no momento em que as grandes nações industrializadas procuram fortalecer antigos laços coloniais, ampliando seus interesses econômicos no continente africano e restabelecendo outro tipo de dependência, desta vez econômica.

É neste ponto que o Brasil assume uma posição mais confortável que os países industrializados europeus. Somos uma nação em desenvolvimento, pertencente ao Terceiro Mundo, que em organismos internacionais mantém alinhamento muito estreito com nações subdesenvolvidas que, em certos setores, padecem dos mesmos males que o Brasil: dívida externa sufocante, alta taxas inflacionárias, produtos primários com preços aviltados, entre outros.

Em outubro de 1986, o Brasil apresentou na 41^a Assembléia Geral da ONU o projeto de Resolução criando a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, segundo o qual seriam estabelecidos limites geográficos, fixando determinada área do Atlântico Sul visando promover o desenvolvimento econômico e social, proteger o

meio ambiente, preservar os recursos naturais, a paz e a segurança da região. Propõe ainda a desmilitarização e desnuclearização dessa área atlântica.

Na proposta apresentada o governo brasileiro considera o Atlântico sul como região indispensável à segurança dos países ribeirinhos americanos e africanos no caso de um conflito regional ou extracontinental. Com isso o Brasil, que não tem pretensões territoriais, volta-se para o mar e assume uma postura de projeção marítima e intercontinental. Como disse o Ministro Abreu Sodré, a Política Exterior do Brasil tomou uma "dimensão marítima" (58:28).

Com esse gesto o Brasil propõe o desenvolvimento político e econômico das relações Sul-Sul, como alternativa ao cada vez mais difícil relacionamento Norte-Sul, com o que atingiu os anseios das nações africanas, entretanto, não pode contar com a simpatia das grandes nações industrializadas, na medida em que vem colidir com interesses econômicos, políticos e estratégicos que essas nações têm no Atlântico e, principalmente, na África.

A proposta brasileira teve expressiva votação na ONU, tendo recebido apoio integral das nações africanas e latinoamericanas. Houve apenas um voto contrário (EUA) e nove abstenções (França, Grã-Bretanha, Itália, Suécia, Noruega, Holanda, Bélgica, Suíça e Portugal) (50). Da análise dessa votação pode-se inferir, "a priori", que a criação de uma zona de paz e de cooperação para desenvolvimento de nações do Hemisfério Sul, como foi a proposta brasileira, não foi bem recebida pelas principais nações industrializadas do Hemisfério Norte. No momento que uma nação do Terceiro Mundo, em fase de desenvolvimento e de dimensões continentais, como o Brasil, resolve propor o estabelecimento de relações Sul-Sul entre nações vizinhas, que têm em comum o mesmo oceano e esta proposta, desprovida de qualquer conotação ideológica, não recebe apoio de nações industrializadas como os EUA e

os países do Mercado Comum Europeu, pode-se deduzir que as razões de discordância são fundamentalmente econômicas. Seguindo esta linha de raciocínio pode-se até afirmar que o Brasil, com a proposta apresentada, de certa forma, põe em risco os diversos interesses europeus e norte-americanos na África.

Para que o Brasil possa realizar o crescimento de seu Poder Marítimo é imprescindível que tenha presença significativa no Atlântico Sul, ou seja, que esse Poder se projete em direção aos países latino-americanos e ao continente africano, buscando estabelecer um relacionamento sólido entre as nações do Hemisfério Sul. Relações em todos os níveis: político, econômico, sócio-cultural e militar. Aliás, no setor militar o Brasil tem muito a oferecer aos estados africanos, tendo em vista que na sua totalidade, com exceção da África do Sul, têm precários sistemas de defesa, constituindo-se também nesta área em excelente mercado para a nascente e promissora indústria de armamento nacional.

Cabe ressaltar que a proposta em pauta não contém em seu bojo, como poderia parecer à primeira vista, qualquer sub-reptícia tentativa de impedir o desenvolvimento do Poder Naval das nações atlânticas situadas ao sul do hemisfério, pois a defesa desses estados continuará a ser realizada sob inteiras responsabilidades deles próprios. Pretende a proposta brasileira que conflitos regionais possam ser encaminhados para uma solução pacífica e evitar que nações extracontinentais, a pretexto de prestar auxílio, venham promover a escalada desses conflitos, com prejuízo maior para a região.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

A curto e médio prazo a situação de tensão e conflito existente na África Austral, conforme visto, não deverá sofrer alteração. Os países governados pelas maiorias negras não tem força para derrotar a África do Sul, enquanto a esta, embora dispondo de força, não convém escalar o conflito, nem ampliar seu raio de ação bélico, uma vez que as conseqüências de um desfecho armado nessa região, mesmo vitorioso, serão perigosas para a manutenção do domínio das minorias brancas.

Entre as nações estudadas, Moçambique é a que apresenta a situação mais instável, muito mais em relação a extrema pobreza em que se encontra, que em função de questões ideológicas ou raciais. Angola, por outro lado, embora esteja sob freqüente ameaça sul-africana (através da UNITA) encontra-se em melhor situação que Moçambique, pois tem no petróleo uma fonte de renda importante para a recuperação da situação econômica difícil em que se encontra, motivada pelos elevados custos de manutenção das tropas cubanas encarregadas de sua segurança territorial.

Quanto ao Zimbabwe, nação negra em melhor situação econômica e política da África Austral, deverá continuar enfrentando alguns problemas entre tribos rivais e, por outro lado, a concentração de terras nas mãos dos brancos poderá vir a ser questionada pela força de trabalho jovem e negra que já não dispõem de mercados nas cidades.

O território de Namíbia, a nosso ver, só terá sua independência quando as grandes potências mundiais decidirem, sem subterfúgios, por um fim à pretensão sul-africana de continuar mantendo a tutela desse território.

A África do Sul, conforme vimos, não pretende abrir mão do governo da minoria branca em proveito da grande maioria negra

sul-africana. Política perigosa para uma nação que, embora mais forte, está suficientemente cercada por países governados por negros que ainda têm viva a lembrança colonial.

O "apartheid" sul-africano foi alterado apenas no seu aspecto formal, nada contribuindo para aliviar as tensões raciais internas. A maioria negra sul-africana - por não dispor de meios capazes de reverter a situação que lhe foi imposta por uma minoria branca bem armada e organizada - tenderá a escalar, atingindo limites cada vez mais violentos e cujo desfecho não deverá ocorrer a curto prazo.

Na África Austral, Angola representa, para o Brasil, o principal elo de comunicação com a África Negra. E a atual conjuntura do Sul da África poderá interferir com os interesses brasileiros na região, na medida em que os países de língua portuguesa envolvidos são dois importantes parceiros comerciais do Brasil e a presença de brasileiros realizando serviços de engenharia na região ocasionará, em caso de conflito, a inevitável participação brasileira para garantia de seus interesses ou apenas para a retirada de seus cidadãos.

Outra luta que se trava no continente africano é a de natureza econômica. E desta o Brasil não deverá recuar. Como foi dito, as dimensões territoriais e sua extensa costa colocam o Brasil em posição de assumir um papel de destaque perante as nações americanas e africanas que compõem o cenário do Atlântico Sul. E sua presença será notada à medida em que o seu Poder Marítimo vier a ocupar o espaço a ele destinado nessa parte do Atlântico.

Ao tomar a iniciativa de propor o estabelecimento de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, o Brasil sem dúvida alguma, assumiu essa posição de liderança no contexto das relações Sul-Sul.

No mundo atual, a velocidade (e volume) com que se processam a transferência de riquezas entre as nações é de tal ordem que

os interesses econômicos assumiram dimensões que transcendem os próprios interesses nacionais, sobrepujando em muito, os interesses ideológicos. Essa conclusão pode ser exemplificada pela votação da proposta brasileira na ONU, quando nações tradicionalmente alinhadas e inseridas no contexto ocidental assumiram posições contrárias às pretensões brasileiras.

Para concluir, pode-se afirmar que a proposta brasileira terá reflexos positivos sobre o Poder Marítimo nacional, tendo em vista que, entre outros aspectos, promoverá a criação de uma mentalidade comunitária sul-atlântica, provocará, naturalmente, maior intercâmbio entre as nações dessa comunidade, intensificará, cada vez mais, a utilização dos meios marítimos para transferência de riquezas entre estados e, acima de tudo, valorizará o Atlântico Sul como traço de união entre nações sul-americanas e africanas.

ANEXO A

TRATADO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1842 ENTRE A FRANÇA E O REI PETER DE GRAND BASSAM¹

O Rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka, considerando que é de seu interesse estabelecer relações comerciais com um povo rico e bom, e organizar-se sob a soberania de seu poderoso monarca, instituem diante de testemunhas subscritas os artigos do tratado que se segue, assinado por Chales-Philippe de Kerhallet, Primeiro-Tenente da Marinha, Comandante do brigue-canhoneira L' Alouette, e Alphonse Fleuriot de Langle, Primeiro-Tenente da Marinha, Comandante do brigue-canhoneira La Malouine, operando em nome de Edouard Bouet, Capitão-de-Corveta, Comandante da estação das costas ocidentais da África, e, por conseguinte, em nome de S.M. Luís Filipe I, Rei dos franceses, seu soberano.

Artigo 1. - A plena soberania do país e do Rio de Grand Bassam é concedida ao Rei dos franceses; os franceses terão portanto sozinhos o direito de aí arvorar seu pavilhão e de aí fazer todas as construções e fortificações que julgarem úteis ou necessárias, comprando as terras dos proprietários atuais.

Nenhuma outra nação poderá estabelecer-se aí em razão da soberania concedida ao Rei dos franceses.

Artigo 2. - O Rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka cedem igualmente duas milhas quadradas de terras, quer seja nas margens do rio, quer na praia, uma milha em cada um destes locais.

Artigo 3. - Em troca dessas concessões, será outorgada ao Rei e a seu povo a proteção dos navios de guerra franceses. Ademais, será pago ao Rei, quando da ratificação do tratado, o seguinte:

¹BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África negra. São Paulo, Perspectiva, 1974.

10 peças de tecidos sortidos,
05 barris de pólvora de 25 libras,
10 fuzis de um tiro,
01 saco de tabaco,
01 barril de aguardente,
05 chapéus brancos,
01 guarda-sol,
02 espelhos,
01 realejo.

Os chefes Quachi e Wuaka receberão a metade dos presentes concedidos ao Rei Peter.

Quando da tomada de posse das duas milhas quadradas concedidas, será pago um valor igual, o qual o Rei dividirá com os proprietários atuais da referida terra, conforme convenção estabelecida entre eles.

Artigo 4. - Fica bem entendido que a pacífica navegação e freqüências do rio e de todos os afluentes são asseguradas aos franceses de agora em diante, assim como o tráfego livre de todos os produtos, tanto os do país como os que são trazidos do interior.

O Rei e toda a população sob suas ordens se comprometem, portanto, a se conduzir de boa fé com relação aos franceses, respeitando suas pessoas, propriedades ou mercadorias. Assim, um presente anual facultativo será outorgado ao Rei pelo governo ou pelas partes contratantes como recompensa.

Artigo 5. - Se algumas desavenças surgirem entre as partes contratantes e os nativos, devem ser solucionadas pelo comandante do primeiro navio de guerra que chegar ao país, o qual deve fazer justiça aos culpados não importa a que lado pertençam.

Artigo 6. - Os navios de comércio serão respeitados e protegidos. Eles não serão de nenhuma maneira perturbados em suas relações comerciais ou outras; se um deles naufragasse, conce-

der-se-ia um terço dos objetivos recuperados aos nativos que tivessem cooperando no salvamento.

Artigo 7. - O presente tratado vigorará a partir de hoje quanto à soberania estipulada; do contrário os signatários exporiam seu país aos rigores da guerra que nesse caso lhes fariam os navios de guerra franceses.

Quanto ao pagamento das mercadorias de trocas, realizar-se-á, como diz o artigo 3, após a ratificação do tratado pelo Rei dos franceses.

O dito tratado, lido e relido ao Rei, em francês e em inglês, foi feito em duas vias e de boa fé por nós, no ancoradouro do Grand Bassam em 19 de fevereiro de 1842 a bordo de L'Alouette.

Primeiro-Tenente de Marinha
Comandante de L'Alouette
Kerhallet

Capitão-de-Longo-Curso
Comandante do brique de
Marselha, L'Aigle
Assinado Provençal
(como testemunha)

Primeiro-Tenente de Marinha
Comandante de La Malouine
Fleuriot
Peter
Quachi
Wuaka

Visto e aprovado,
o Capitão-de-Corveta
Comandante da estação das costas ocidentais da África. Bouët.

BIBLIOGRAFIA

1. ÁFRICA DO SUL. Bureau for information. África do Sul: a força propulsora da África Austral. Pretória, 1985.
2. _____ . Ministério dos Negócios Estrangeiros. Isto é a África do Sul. Pretória, 1985.
3. ÁFRICA: o fracasso do Estado. Visão, São Paulo, 34(40): 126-9, 9 out. 1985.
4. ÁFRICA: prova de força. Veja, São Paulo, (925): 47, maio 1986.
5. ANDRADE GUTIERREZ, Belo Horizonte. Programme de Cooperação Bresil-Afrique. Belo Horizonte, s.d.
6. APARTHEID: le commencement de la fin. Le Point, Paris, (667): 2-8, 9 sept. 1985.
7. AQUINO, Rubim Santos Leão de et alii. História das sociedades. 2 ed. rev. aum. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1986.
8. ARROIO, Guilherme R. Barbedo. Posição do Brasil face à África Meridional. Rio de Janeiro, EGN, 1987. Conferência proferida na EGN, em 2 abr. 1987.
9. AYITTEY, George B.N. Black Africa is a disgrace. Journal of Defense & Diplomacy, Mc Lean, Va, 4(1):7-10, 62, jan. 1986.
10. AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. África Austral: interesses políticos e econômicos. Cadernos de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, (4): 9-18, nov. 1983.
11. _____ . A política exterior brasileira. Rio de Janeiro, EGN, 1987. Conferência proferida na EGN, em 19 mar. 1987.
12. BAHIANA, Henrique Paulo. Aspectos da política ultramarina de Portugal. Rio de Janeiro, Olímpica, 1966.
13. BAPTISTA, Moacyr Monteiro. A conjuntura internacional no sul da África. Rio de Janeiro, EGN, 1985. Monografia apresentada no C-PEM.
14. BOTHA, Pieter W. Presidente Botha em Durban. Panorama Revista da África do Sul, Berna, (106):19-21, out. 1986.
15. BOTHA, Roelof Frederik. Afrique du Sud: la longue patience. Politique International, Paris, (30): 09-22, hiver 1985/86.
16. BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África negra. São Paulo, Perspectiva, 1974.
17. CAPANDA: uma oportunidade de desenvolvimento para angolanos e brasileiros. Odebrecht informa, Salvador, (38): 8-9, jun. 1986.
18. CASTRO, Therezinha de. África: geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1979.

19. CASTRO, Therezinha de. Geopolítica: princípios, meios e fins. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1986.
20. _____. O "imbroglio" sul-africano. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, (726):11-25, jul./ago. 1986.
21. CHALIAND, Gérard. A luta pela África: estratégia das potências. São Paulo, Brasiliense, 1982.
22. CHRISTMAN, John & KÜHNE, Winrich. Mozambique: between the superpowers. Journal of Defense & Diplomacy, Mc Lean, Va, 4(11): 14-8, nov. 1986.
23. COMTINI, Carlos. A África arde. Rio de Janeiro, Codecri, 1980.
24. COPLEY, Gregory. Where lion roam no more. Defense & Foreign Affairs. Washington, D.C., 12(9): 8-11, 38, sept. 1984.
25. COUNTRY, Profile: Mozambique. Journal of Defense & Diplomacy, Mc Lean, Va, 4(11): 27-37, nov. 1986.
26. COUTO E SILVA, Golbery do. Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil, J. Olímpio, 1981.
27. DELLA ROVERE, Julio. Modificaciones en el quadro geoestratégico del Africa subecuatorial. Armas e Geoestratégia, Buenos Aires, 1(4): 63-72, Verano, 1982.
28. _____. Soviéticos e cubanos en Africa: los conquistadores del siglo XX. Armas e Geoestratégia, Buenos Aires, 2(7): 79-88, dic 1983.
29. DMITRIEV, A. Jogo desonesto em torno da Namíbia. Revista Militar Soviética, Moscovo, (1): 43-4, jan. 1983.
30. DODD, Norman L. The security situation in Namíbia. Defence, London, 11(6): 456-60, june, 1980.
31. FANON, Frantz. Os condenados da terra. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
32. FARIA, Oswaldo Terra de. África Austral: interesses estratégicos. Cadernos de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, (4): 19-27, 1983.
33. FERKISS, Victor C. África: um continente a procura de um destino. Rio de Janeiro, G.R.D., 1967.
34. FLORES, Mario Cesar. A importância estratégica da África Atlântica Subsaânica. Política e Estratégia, São Paulo, 2(3): 425-68, jul./set. 1984.
35. FREITAS, José Eustáquio de. Firms brasileiras vendem armas e aviões na França. O Globo, Rio de Janeiro, 22 jun. 1987. p. 32.
36. GOLDSMITH, Catharine Jane. Zimbabwe revisited. Journal of Defense & Diplomacy, Mc Lean, Va, 3(10): 45-9, oct. 1985.
37. GRILZ Almerigo. The war in Angola: forces and organisation. Jane's Defence Weekly, Harley, Surrey, 4(20): 1086-7, nov. 1985.

38. GUERRA, fome e seca conduzem Moçambique para a catástrofe. O Globo, Rio de Janeiro, 29 mar. 1987. p. 35.
39. HEITMAN, Helmoed-Römer. South Africa territory force. Jane's Defence Weekly, Harley, Surrey, 7(9): 383-4, mar. 1987.
40. ISRAEL e membros da OTAN armam o governo racista da África do Sul. O Globo, Rio de Janeiro, 29 mar. 1987. p. 35.
41. JACKSON, Henry F. The african crisis: drought and debt. Foreign Affairs, New York, 63(5): 1081-94, Summer 1985.
42. KALEIDOSCOPE CURRENT WORLD DATA, Santa Barbara, CA Mozambique. ABC-Clio, c 1986.
43. _____. Southwest Africa. ABC-Clio, c 1986.
44. _____. Zimbabwe. ABC-Clio, c 1985.
45. LAIDI, Zaki. Washington et L'Afrique Australe: le volontarisme à l'épreuve. Politique Internationale, Paris, (30): 95-104, hiver, 1985/86.
46. MATTOS, Carlos Meira, O Brasil na conjuntura geopolítica mundial e regional. Rio de Janeiro, EGN, 1987. Conferência proferida na EGN, em 18 mar. 1987.
47. MENDES JUNIOR. Mendes Junior, Rio de Janeiro, Nacional, 1983.
48. MOREIRA, José Neiva & BISSIO, Beatriz. Os cubanos na África. Rio de Janeiro, Global, 1979.
49. NASCIMENTO, Elimar. A África Austral: a região de conflitos. Política e Estratégia, São Paulo, 2(3): 469-78, jul./set. 1984.
50. OLIVEIRA, José Maria do Amaral. Panorama atual da estratégia militar. Rio de Janeiro, EGN, 1987. Conferência proferida na EGN, em 18 jun. 1987.
51. OURO-PRETO, Affonso Celso do. Posição do Brasil face a África Austral. Rio de Janeiro, 1980. Conferência proferida na EGN, em 9 abr. 1980.
52. OZÓRIO, Augusto Sérgio. A conjuntura internacional no sul da África. Rio de Janeiro, EGN, 1984. Monografia apresentada no C-PEM.
53. THE PAIN of peace: A survey of Zimbabwe. Separata de The Economist, London, 291(7338): 1-18, apr. 1984.
54. PORTELA, Eduardo. África: colonos e cúmplices. Rio de Janeiro, Prado, 1961.
55. RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: outro horizonte. 3 ed. rev. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
56. SALEK, Namir. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos. Rio de Janeiro, EGN, 1987. Palestra proferida na EGN, em 9 jul. 1987.

57. SAVIMBI, Jonas. Angola, les maquisards de la liberté. Politique Internationale, Paris, (30): 109-20, hiver, 1985/86.
58. SODRE, Roberto de Abreu. A política externa brasileira. Rio de Janeiro, EGN, 1986. Conferência proferida na EGN, em 17 jul. 1986.
59. TEIXEIRA, Ib. A nova dependência da África Austral. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 38(8):169-71, ago. 1984.
60. YOUNG, Andrew. En finir avec L'Apartheid. Politique Internationale, Paris, (30): 23-36, hiver, 1985/86.
61. ZIMBABWE: briga tribal. Visão, São Paulo, (15): 33-6, abr. 1983.
62. LA ZONA de paz y cooperation del Atlântico. Revista Argentina de Estudios Estratégicos, Buenos Aires, 3(7): 7-11, ene./set. 1986.



Araujo, Jose Antonio Azevedo d
e

A conjuntora internacional do
sul da Africa

3-B-49

DEVOLVER NOME LEIT. (1148/87)

28 SET 88

Guar (LCTM) ^{ROMILDO}

~~26~~ 26 FEV 89

18 SET 89

Oleef MEDINA

25 MAI 90

CC Jos Batista Jr

16 JUN 90

CF

12 SET 90

CF AYRES

7 MAR 91

CMG MARTINE

27 ABR 91

Guar

25 MAI 91

Guar

21 JUN 91

Guar Goulet

31.3.92

CMG BANGS

05 ABR 92

Guar ce ANDRÉ Luiz

DEVOLVER EM

NOME DO LEITOR

SUA

08 MAI 92

CC ARAUJO

SUA

20 MAI 92

Renovado

20 MAR 93

CMG TORGA

01 MAI 1993

CC(FN) CAETANO (A)

22 MAI 1993

CF IM SILVA ROSA

16 MAR 1995

CC RISDEM

28 MAI 1996

CF(FN) HERALDO

24 MAR 1999

CC(Md) ROSAS P/L

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA CARIMBADA

28 SET 88	01 MAI 1993	
26 FEV 89	06 MAR 1995	
03 SET 89	28 MAI 1996	
28 MAI 90		
18 JUN 90		
12 SET 90		
07 MAR 91		
27 ABR 91		
25 MAI 91		
21 JUN 91		
21.3.92		
05 ABR 92		
08 MAI 92		
20 MAR 93		

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

Araujo, Jose Antonio Azevedo d
e

A conjuntura internacional do
sul da Africa

3-B-49

(1148/87)



00024010001148

A Conjuntura internacional do su
3-B-49